

***Confiança nas Instituições, Bem-Estar e Depressão,
em contextos de Desigualdade de Rendimentos***

Mestranda: Catarina Rivero

Orientadora: Professora Doutora Lara Tavares (ISCSP-UL)

Coorientadora: Professora Doutora Melanie Vauclair (ISCTE-IUL)

Dissertação para obtenção do grau Mestre em Sociedade, Risco e Saúde

Lisboa, setembro de 2017

Agradecimentos

Foram muitas as pessoas que contribuíram para que todo o processo de realização da presente dissertação fosse possível.

Num primeiro momento, quero deixar o meu franco agradecimento à Professora Doutora Ana Fernandes, coordenadora do Mestrado Sociedade, Risco e Saúde, que desde logo me recebeu calorosamente e me convidou a conversas inspiradoras para o que estava ainda por desenvolver. À Professora Doutora Lara Tavares, orientadora deste trabalho, quero agradecer a disponibilidade e convite à reflexão, foco e rigor, sempre que me perdia em temas para mim tão apaixonantes. As suas revisões e sugestões atentas foram fonte de grande aprendizagem para mim. À Professora Doutora Melanie Vauclair que, não obstante estar noutra instituição (ISCTE-IUL), se prontificou a ficar como coorientadora e, ao longo deste período, com toda a disponibilidade para me motivar, apoiar, bem como rever cada fase da dissertação, sugerir leituras fundamentais e clarificar tantas questões e dúvidas, que foram surgindo ao longo do processo. Sem dúvida um contributo enriquecedor para mim e que fez toda a diferença na presente dissertação.

Quero ainda agradecer à minha colega e amiga Sónia P. Gonçalves pela ajuda fundamental, com as suas “aulas particulares” de SPSS, que foram essenciais para poder trabalhar os dados que aqui apresento. Obrigada pelo tempo que me dedicaste. À minha amiga Maria Inês Bastos pelo apoio na bibliografia nem sempre acessível, e às minhas amigas Maria Alexandra Veiga D’Araújo e Patrícia Reis, por terem tido a disponibilidade de ler e reler as diferentes fases e formas que esta dissertação foi tendo ao longo do tempo, e comigo discutir os respetivos

conteúdos. Ainda o agradecimento aos amigos que foram estando e motivando ao longo do tempo, para que este momento chegasse: Maria Robert Lopes, João Rodrigues, João André Abreu, Ricardo Sampaio, Sónia Gabriel, Miguel Rosa, Sara da Graça Silva, entre outros. Conversas, autores, artigos, questões e humor, e aquelas pausas fundamentais para tão só conviver. Grata por tanto que me dão.

Ao meu marido, Luís Osório, pelo apoio incondicional que sempre acalentou cada momento do processo da dissertação. Leituras e conversas, suporte e motivação. Obrigada por acreditares sempre. Viver, como trabalhar nos temas que gostamos, é mais fácil e tem um significado maior, com o teu amor. Grata por tanto.

Porque quem sou devo também aos meus pais, fica o agradecimento por tudo o que me transmitiram na minha educação, desde que me lembro de existir. Grata por sublinharem sempre a importância dos valores da democracia, bem como da persistência individual e coletiva nos caminhos para uma sociedade justa e igualitária. Este trabalho é também fruto dessa visão social e de espírito crítico que me passaram.

Por fim, considerando que se trata de um trabalho virado para o futuro, quero dedicá-lo ao Diogo. Pela sociedade que está por co-construir também contigo.

Índice

1.	Introdução.....	4
2.	Bem-Estar Subjetivo e Depressão nas Sociedades Democráticas.....	6
	2.1 O que determina a presença ou ausência de bem-estar?.....	6
	2.2 A importância de mais bem-estar e menos depressão nas sociedades.....	10
	2.3 O papel da Confianças nas Instituições no bem-estar e na depressão.....	12
	2.4 Desigualdade de Rendimentos, bem-estar e depressão.....	16
	2.5 Questões de Investigação e Hipóteses.....	19
	2.6 Modelo Empírico.....	19
3.	Método.....	21
	3.1 Amostra.....	22
	3.2 Medidas.....	25
4.	Resultados.....	27
	4.1 Resultados Descritivos.....	28
	4.2. Análise das Correlações das Variáveis em Estudo.....	33
	4.3. Modelos Estimados.....	34
5.	Discussão dos Resultados.....	44
	5.1. Limitações.....	48
	5.2. Contributos.....	48
	5.3. Perspetivas de Futuro.....	49
6.	Referências Bibliográficas.....	51

1. Introdução

O bem-estar dos indivíduos é considerado por muitos autores como um elemento fundamental para o funcionamento ótimo das sociedades (Rivero, D'Araújo & Marujo, 2013; Diener & Ryan, 2011; Huppert, 2009; Keyes, 2007; Lyubomirsky, King & Diener, 2005). Tal tem vindo a ser considerado como uma das grandes metas da humanidade (Veenhoven, 2011), sem que se consiga travar o flagelo da depressão que, por seu turno, segue um crescendo preocupante na sociedade atual (Marcus, Yasamy, van Ommeren, Chisholm & Saxena, 2012). Não obstante fatores de ordem individual, a forma como os indivíduos se sentem na sociedade, nem sempre considerada, pode ser um fator diferenciador quer no bem-estar, quer na depressão (Falicov, 2003; Hudson, 2006; Economou, Madianos, Peppou, Souliotis, Patelakis & Stefanis, 2014). A relação self-sociedade pode então condicionar o seu bem-estar subjetivo e, nesse sentido, aumentar o risco de depressão (Hsieh, 2015), com relevo para a sua relação com a confiança nas instituições, verificada em diferentes estudos (Economou et al, 2014; Veenhoven, 2011; Hudson, 2006). Consideramos ainda fatores contextuais, especificamente a desigualdade de rendimentos, uma vez que, de acordo com a proposta de Wilkinson e Picket (2009), esta será o cerne de múltiplas problemáticas sociais emergentes nas sociedades contemporâneas, realçando evidências da relação entre sociedades igualitárias e bem-estar. Não obstante as perspetivas biológicas, psicológicas e relacionais estarem muito presentes no estudo quer do bem-estar subjetivo, quer da depressão, no presente trabalho, integramos também os aspetos da sociedade que a literatura sugere como fatores destas duas dimensões, ambas multifatoriais (Falicov, 2003).

O bem-estar é geralmente conceptualizado consistindo numa componente cognitiva (satisfação com a vida) e numa componente emocional (felicidade ou bem-estar emocional), e na forma como os indivíduos sentem que estão nestes dois componentes (Diener, Oishi & Ryan, 2013; Diener, Kesebir & Tov, 2009). Apesar de avaliarem dimensões distintas, verifica-se uma forte correlação entre ambos (Helliwell, Huang & Wang; 2016). Tal como refere Ruut Veenhoven, sociólogo mentor da *World Database of Happiness*, “avaliamos a vida primeiramente com base na informação afetiva. Experimentamos afetos positivos e negativos; ao avaliarmos como gostamos da vida que vivemos, verificamos de que forma os primeiros

suplantam os últimos” (2011; p. 401). O risco da não promoção do bem-estar é, a nível individual e coletivo, chegarmos a níveis maiores insatisfação e desesperança, com rompimento em termos de um desejado equilíbrio biopsicossocial dos indivíduos. É nestas condições que a depressão pode emergir (Hsieh, 2015; Marcus et al, 2012), verificando-se, na literatura, uma correlação negativa entre níveis de depressão e de bem-estar subjetivo (Van Hemert, Van De Vijver, & Poortinga, 2002).

A depressão, sendo um dos grandes flagelos mundiais da atualidade e um dos principais problemas de saúde mental (Marcus et al, 2012; Layard & Clark, 2014), tem um impacto na vida das pessoas, podendo tornar-se incapacitante ou mesmo levar a situações de suicídio (Rottenberg, 2014; APA, 2013; Blazer, 2005). De notar que episódios de depressão major lideram as causas de anos de vida ajustados por incapacidade (“*disability-adjusted life years*”, DALY), sendo apenas suplantados pelas doenças arteriais coronárias (Murray & Lopez, cit. In Keyes, 2007). O impacto da depressão é bem visível na esfera emocional do indivíduo, caracterizando-se por sintomas como humor depressivo, falta de energia, sentimentos de culpa ou falta de valor próprio, distúrbios do sono ou apetite ou falta de concentração (Hsieh, 2015; Marcus et al, 2012), mas tem ainda implicações ao nível da saúde física (obesidade, problemas cardiovasculares, infertilidade, entre outros), relações sociais (maior taxa de divórcio, suporte social limitado, distanciamento dos vizinhos), bem como nas suas competências adaptativas quotidianas (resolução de problemas e planeamento) e uma maior taxa de desistência do trabalho (De Neve, Diener, Tay & Xuereb, 2013). Para Flèche & Layard (2017), tratar a depressão, a par de outros problemas de saúde mental, torna-se um imperativo quando pretendemos promover mais bem-estar de uma dada população.

O objetivo do presente trabalho passa assim por compreender a forma como quer o bem-estar subjetivo, quer a depressão, estão associados com a confiança nas instituições nacionais, mas também em que medida essa associação é moderada por um contexto de desigualdade de rendimentos.

2. Bem-Estar Subjetivo e Depressão nas Sociedades Democráticas

De Epicuro a Aristóteles, ou de Russell ao contemporâneo Lipovestky, têm sido muitos os filósofos que ao longo da História vieram dar um contributo para o estudo da felicidade, que desde o século XX tem vindo a ser abordada por outras ciências sociais e humanas, como a psicologia, a sociologia ou a economia. Não obstante mais riqueza e mais democracia verificada nas sociedades ao longo das últimas décadas, não só os níveis de felicidade das populações não têm acompanhado o progresso que poderia ser esperado (Diener & Diener, 2011; Inglehart, 2009), como também a depressão tem vindo a crescer, estando hoje diagnosticadas 350 milhões de pessoas em todo o mundo, constituindo um dos grandes flagelos mundiais da atualidade (Marcus et al., 2012). De acordo com Flèche & Layard (2017) é fundamental para uma compreensão aprofundada dos níveis de bem-estar de uma nação, conhecer e compreender os fatores de infelicidade ou ausência de bem-estar (os 10% da população com avaliação mais baixa nas escalas de bem-estar subjetivo). De acordo com os autores, o principal fator de infelicidade passa por problemas de saúde mental (incluindo a depressão), mais do que pela pobreza, desemprego ou problemas de saúde física. Por outro lado, não obstante fatores de ordem individual, bem identificados e estudados, tal parece não ser suficiente para explicar as diferenças verificadas entre nações, quer ao nível do bem-estar (Inglehart, 2009; Inglehart & Klingemann, 2000), quer ao nível da depressão (Neitzke, 2016; Hidaka, 2012). A sociedade parece ter um papel fundamental na explicação deste paradoxo entre o progresso (“menos pobreza absoluta, melhor saúde física, mais educação e melhor habitação” (Layard et al, 2014; p.12)) e os níveis de bem-estar e de depressão.

2.1 *O que determina a presença ou ausência de bem-estar?*

A avaliação do bem-estar tem vindo então a aumentar em frequência e rigor ao longo dos anos, um pouco por todo o mundo. Entre os determinantes do bem-estar mais frequentemente considerados na literatura encontramos, em termos individuais, a predisposição genética e traços de personalidade (como o otimismo ou a extroversão) (Diener et al, 2009; Helliwell & Putnam, 2004). Relativamente ao impacto da genética, este tem sempre de ser considerado integrando a vivência e o contexto (Layard, 2011; Inglehart et al,

2000). A educação recebida pelos pais, por exemplo, é também um fator relevante e que potencia ou bloqueia a expressão de determinada predisposição genética (Layard, 2011). São também apontados, como fatores de bem-estar, a saúde física (Halpern, 2010; Helliweel et al., 2004), a saúde mental (Layard, 2010), rendimento auferido (Halpern, 2010; Diener et al, 2009), ou o tempo despendido entre trabalho, lazer e relacionamento interpessoal (Halpern, 2010; Stiglitz et al., 2009; Diener et al, 2009). Fatores sociodemográficos emergem igualmente na literatura, com especial relevo para o casamento (indivíduos casados demonstram mais bem-estar), educação (considerando-se um efeito indireto), emprego (o desemprego tem uma relação negativa com o bem-estar), idade (pessoas mais novas e mais velhas surgem com maiores níveis de bem-estar quando comparadas com as de meia-idade) e religiosidade (pese embora se discuta sobre a base do impacto se encontrar no acreditar ou no pertencer) (Halpern, 2010; Diener et al, 2009; Blanchflower, 2009; Helliwell et al., 2004).

Ao considerarmos as pessoas com menores níveis de bem-estar, ou mesmo infelizes, muitas afetadas pelos problemas de depressão, alguns fatores são também reveladores. A depressão é mais evidente em indivíduos em idade ativa, quando há maiores responsabilidades familiares e sociais (Bagana, 2013), pese embora seja consensual que eventos de vida na idade precoce podem levar a uma maior predisposição para eventos depressivos (Dobson & Dozois, 2011). Verifica-se também uma maior tendência para a depressão em filhos de mães deprimidas (Vázquez, Hervás, Hernangómez & Romero, 2010). Em termos da rede social, as pessoas com sintomatologia significativa de depressão tendem a criar situações sociais difíceis, a ter piores interações sociais e a dar mais atenção a estímulos sociais negativos (Steger & Kashdan, 2009). Há uma maior prevalência nas mulheres, pese embora tal seja alvo de debate sobre quando se deve a fatores biológicos, como as oscilações hormonais, ou se deve à pressão social relativa aos papéis de género (Madelin, 2004). De facto, diversos autores sugerem que as mulheres são muitas vezes impelidas ao silêncio pelas normas culturais, sendo a expressão emocional silenciada ou condicionada, bem como a ação no quotidiano familiar, comunitário e da sociedade, com referências a seguir sobre o que é ser “uma boa mulher” (Neitzke, 2016; Jack & Ali, 2010). Ainda a considerar a maior incidência em pessoas que vivem numa situação de baixo estatuto socioeconómico (Madelin, 2004), considerando que as

peessoas em situação desfavorecida a este nível manifestam um risco redobrado de sofrer de depressão e de se manter nessa situação (Lorant et al, 2003; cit. in Vázquez et al, 2010).

No tocante a fatores identificados na literatura para este flagelo, não obstante se considerar multifatorial, há uma dominância na perspectiva biomédica, baseada em condições biológicas e fora do controlo dos indivíduos (Botha & Dozois, 2015; Rottenberg, 2014). Nesta abordagem há especial relevo para vulnerabilidade genética, sensibilidade do sistema de resposta ao stress, à influência de neurotransmissores, bem como a uma reduzida atividade do córtex pré-frontal (Levinson, 2009; cit. In Botha et al, 2015). Ao nível da psicologia, muitos estudos revelam elevada correlação da depressão com traços de personalidade - nomeadamente maior dependência do reforço positivo, evitamento de dor ou procura elevada de novidade (Mulder et al, 1995 & Cliniger et al, 1993; cit. In Hirschfeld, 1999) -, processos cognitivos como distorções do pensamento (como a minimização de eventos positivos ou magnificação de falhas pessoais), modelos de processamento de informação, estilo explicativo da realidade, entre outros (Beck, Rush, Shaw & Emery, 1979; cit. in Botha et al, 2015; Rottenberg, 2014; Dobson et al, 2011). Todavia, vários autores alertam para o risco de ficarmos exclusivamente nas abordagens centradas nos indivíduos, quando falamos de depressão: A conceção de depressão assente na metáfora da doença implica que tal se trata de uma manifestação de um problema ou patologia interna ao indivíduo, sem necessidade de considerar possíveis fatores externos (Magnusson & Marecek, 2012; cit in Neitzke, 2016). O facto da prevalência da depressão continuar a aumentar nos países de baixo e médio rendimentos, pode ainda levar-nos a alargar horizontes, procurando mais variáveis que podem estar relacionadas, direta ou indiretamente, com este flagelo mundial. As dimensões macro, seja a nível político, económico ou cultural, continuam poucos presentes nos estudos de depressão (Neitzke, 2016). Uma perspectiva contextual é assim importante na abordagem quer na depressão quer no bem-estar.

Nos estudos de bem-estar, são vários os fatores contextuais que têm emergido, nomeadamente eventos climáticos violentos, taxas de criminalidade, inflação, instabilidade política (Halpern, 2010), bem como o nível de liberdade política e liberdades civis (Layard,

2010). Segundo Lopes, Palma e Alves (2013), há um nível mínimo de segurança e igualdade na ação governativa para garantir a satisfação com a vida e a felicidade dos cidadãos. Ruut Veenhoven (2011) defende mesmo que 80% da felicidade das populações pode ser explicada pela qualidade das sociedades. Entre os fatores que Veenhoven identifica, da vasta investigação desenvolvida, estão baixos níveis de corrupção, igualdade de género, liberdade política e democracia, respeito pelos direitos humanos, bem como bom funcionamento das instituições.

A literatura tem ainda vindo a dar destaque a uma correlação entre bem-estar subjetivo e desenvolvimento económico, nomeadamente pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) (Veenhoven, 2011; Inglehart, Foa, Peterson & Welzel, 2008). Contudo, Easterlin e Sawangfa (2010) questionam esta perspetiva, nomeadamente a partir de um estudo com treze países de três continentes diferentes, em que não verificaram esta tendência num período analisado de dezasseis anos. Um dos países estudados, a China, teve nesse período uma duplicação dos rendimentos auferidos, com uma tal multiplicação de bens *per capita*, que se poderia esperar que as pessoas “estariam tão felizes, que iriam dançar nas ruas” (Easterlin et al, 2010, p.190). Contudo, na China (como em outros países com situações semelhantes) verificou-se mesmo um declínio moderado no bem-estar subjetivo, mesmo não sendo significativo, atribuído a outros fatores, como mudanças ao nível da vida familiar, ou mudança de critérios/ referências de avaliação da sua situação (Easterlin & Angelescu, 2012; Easterlin et al, 2010). Frey (2009), por seu turno, apesar de constatar, nos estudos realizados, maiores níveis de bem-estar subjetivo nos países com um PIB mais elevado, considera a existência de fatores concorrentes para esse facto, como será o exemplo da democracia, já que é nos países mais ricos onde se verifica mais e melhor democracia. Inglehart (1990, cit in Inglehart et al, 2008) sublinha que esta relação entre bem-estar e democracia tem os dois sentidos (mais bem-estar conduz a mais democracia, bem como mais democracia leva a uma maior livre escolha que, por sua vez, leva a um aumento de bem-estar subjetivo) (Inglehart et al, 2008). Há ainda a considerar que a relação entre democracia e bem-estar subjetivo é evidente, sobretudo, nos países onde existe a tradição democrática (Inglehart et al, 2008; Dorn, Fischer, Kirchgässner & Sousa-Poza, 2007). Nos países de transição (países antigos comunistas), por exemplo, o bem-estar não mostra ser proporcional à democracia, pelo que se considera que pode ser necessário algum

tempo, depois da introdução das estruturas democráticas, até que o seu impacto seja visível (Dorn et al, 2007). Ainda a considerar na sociedade, o rendimento relativo. Ao nível individual, verifica-se que as pessoas tendem a comparar os seus rendimentos com os dos outros ou com o que ganhavam anteriormente (Layard, 2010). Ao nível da sociedade, verifica-se que as sociedades mais desiguais tendem a promover menos bem-estar subjetivo (Wilkinson & Pickett, 2009).

2.2. A importância de mais bem-estar e menos depressão nas sociedades

Os ganhos de uma maior promoção de bem-estar passam não só pelo nível individual, como da sociedade (Halpern, 2010; Diener, Kesebir & Lucas, 2008). Ao nível individual, verificam-se benefícios na saúde física e mental, longevidade, rendimento auferido ou produtividade (Quick, 2015; De Neve et al, 2013; Halpern, 2010; Diener et al, 2008), mas também nas atitudes face à sociedade: indivíduos com maiores níveis de bem-estar subjetivo têm demonstrado mais comportamentos pro-sociais e um maior envolvimento em atividades sociais (De Neve et al, 2013; Halpern, 2010; Diener et al, 2008), atitudes democráticas (Tov & Diener, 2008) e estão mais predispostos para atitudes pró-paz (Tov, Diener, Ng, Kesebir & Harter, 2009). Por outro lado, os ganhos de mais bem-estar nas sociedades passam por uma maior sobrevivência das instituições democráticas e dos sistemas sociais e políticos (Inglehart et al, 2000), bem como uma maior atividade económica, menos conflitos sociais e mais democracia (Veenhoven, 2014).

A importância atribuída às questões do bem-estar nas sociedades tem vindo a tornar-se cada vez mais presente em termos das agendas políticas. Para tal tem contribuído o trabalho desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), com um compromisso manifesto em Junho de 2016 que encoraja os governos para um maior foco no bem-estar dos indivíduos (<https://www.oecd.org/mcm/documents/strategic-orientations-of-the-secretary-general-2016.pdf>), e que já tinha sido sublinhado com a publicação de 2013 “Guidelines on Measuring Subjective Wellbeing”. Também as Nações Unidas têm trazido esta preocupação, como ficou claro no recente discurso do diretor do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas, que se revelou contra a “tirania do

Produto Interno Bruto” e a favor de um maior foco na qualidade do crescimento (Helliwell, Layard & Sachs, 2017). A nível local, já em 2009, o então Presidente francês Nicolas Sarkozy criou a Comissão sobre a Aferição do Desempenho Económico e do Progresso Social, defendendo que se deveria dar um maior relevo ao bem-estar (Stiglitz, Sen & Fitoussi, 2009). Um ano depois, em 2010, David Cameron, o então primeiro-ministro do Reino Unido, pediu ao Instituto Nacional de Estatística para iniciar um debate sobre o bem-estar e passar a avaliar o mesmo (Abdallah et al, 2011).

Não obstante esta maior atenção dada aos fatores de promoção de bem-estar, problemas de saúde mental, como a depressão ou a ansiedade (os problemas de saúde mental que afetam mais pessoas em todo o mundo), parecem manter-se longe da generalidade das agendas dos líderes políticos ou mesmo das organizações (Layard & Clark, 2014). De acordo com Layard et al. (2014), numa reunião realizada em 2007, o Secretário de Estado da Saúde britânico, três semanas após tomar posse, terá revelado que até àquele momento ninguém lhe tinha falado no tema da saúde mental; numa outra ocasião, em 2012, numa reunião sobre saúde da *Workplace Wellness Alliance* (que integra os sessenta empregadores mundiais mais esclarecidos), no âmbito da atividade do Fórum Económico Mundial, foram feitas apresentações detalhadas sobre doenças cardiovasculares, diabetes, problemas pulmonares, cancro, problemas musculoesqueléticos, mas nada foi falado sobre temas relacionados com a saúde mental, apesar desta ser uma causa importante de abstencionismo.

Como referem Flèche et al (2017), a infelicidade existente nas nações, considerada a partir das avaliações mais baixas de bem-estar, condiciona a avaliação geral do bem-estar subjetivo de uma nação. Clark, Flèche, Layard, Powdthavee & Ward (2017) exemplificam com dados dos Estados Unidos da América (EUA). Os autores referem que, se conseguíssemos acabar com a depressão e a ansiedade, que atualmente afetam 22% da população total daquele país, seria possível ter uma redução de 2,4% do total de pessoas que se sentem miseravelmente infelizes (e que, de acordo com os autores, serão, no seu todo, 5,6% da população geral). Neste sentido, será fundamental ativar recursos na sociedade para tratar problemas de saúde mental, a par da promoção de mais bem-estar subjetivo na população.

No caso específico da depressão, será de considerar a importância que a sociedade tem na manutenção deste flagelo. Hidaka (2012) propõe a depressão como uma “doença da modernidade”, considerando a existência de uma discrepância entre “o ambiente moderno e o ambiente da adaptabilidade evolucionária [*environment of evolutionary adaptedness – EEA*]”, com manifestações na organização social, e estilos de vida inerentes, que estarão na base da emergência das doenças da modernidade (como são consideradas a arteriosclerose, cancros relacionados com o sistema hormonal e gastrointestinais, osteoporose e diabetes tipo II). Tyrer e Steinberg (2005, cit in Lewis, 2012, p. 40), numa abordagem social e política, consideram quatro princípios fundamentais a ter em conta na abordagem a questões de saúde mental: (1) as dificuldades são muitas vezes desencadeadas por eventos de vida, externos ao indivíduo; (2) as dificuldades são muitas vezes precipitadas por forças sociais e culturais ligadas a estatuto e papéis sociais; (3) perturbações mentais muitas vezes emergem e mantêm-se descompensadas devido a influências da sociedade; (4) grande parte das aparentes perturbações mentais foram falsamente rotuladas e devem ser olhadas como desajustamentos temporários. Na perspetiva biopsicossocial de Engel, amplamente influenciada pela teoria dos sistemas de Von Bertalanffy, são considerados aqueles que considera serem os três sistemas fundamentais: biológico, pessoal e social, que se influenciam mutuamente (Lewis, 2012). Será entre estes sistemas que as soluções irão emergir, sendo que a melhoria em um dos sistemas irá ter repercussões nos outros sistemas e, neste caso, na depressão (Lewis, 2012). Blazer, numa perspetiva semelhante, considera que a depressão emerge entre a biologia e a sociedade, e ambos terão de ser considerados: “Para tratar a depressão, temos de tratar a sociedade *depressogénica*” (Blazer, 2005, p. 7).

2.3 O papel da Confiança nas Instituições no bem-estar e na depressão

As questões da sociedade em geral, e da democracia em particular, tornam-se emergentes sobretudo numa era em que assistimos, na Europa, a um maior descontentamento com as respetivas democracias, havendo uma perspetiva cética da parte dos cidadãos europeus sobre a capacidade dos seus governos para resolverem problemas importantes, tendo ainda o desafio de lidar com a perda de poder dos governos nacionais para um maior poder em

estruturas supranacionais, como é o caso do Parlamento Europeu, como consequência do processo de globalização (Ferrin & Kriesi, 2014). É neste sentido que se considera a importância da confiança nas instituições, e em particular nas instituições nacionais, como um contributo para mais bem-estar e menos desesperança ou mesmo depressão dos cidadãos.

A confiança nas instituições é um dos pilares da confiança na sociedade, e espelha o que as pessoas pensam da forma como as instituições estão a funcionar (Halapuu, Paas, & Tammaru, 2013; Newton, & Norris, 2000). Têm surgido várias propostas de definição pese embora ainda sem consenso. Mishler & Rose (2001, cit. in Hudson, 2006, p. 47) propõem como definição “a utilidade esperada das instituições funcionarem satisfatoriamente”. Outros autores definem como a confiança numa instituição específica (PytlikZillig, Hamm, Shockley, Herian, Neal, Kimbrough, ... & Bornstein, 2016). Outra perspetiva, comum na literatura, considera que se trata da perceção de justiça e eficácia nas instituições do estado (Sønderskov, & Dinesen, 2016). A OCDE propõe como definição: “a confiança que os cidadãos têm de que [as instituições do governo] cumprem os seus mandatos com competência e integridade, agindo em conformidade com os benefícios alargados da sociedade” (OECD, 2017). A definição considerada na presente dissertação, baseia-se na proposta de Halapuu et al (2013, p. 4) que define confiança nas instituições como “confiança das pessoas de que as instituições do país não vão, na pior das hipóteses, fazer-lhes mal consciente ou deliberadamente e irão, na melhor das hipóteses, agir de acordo com os interesses de todos”. Serão utilizadas as expressões ‘confiança nas instituições’ e ‘confianças nas instituições nacionais’ com este mesmo significado.

É hoje consensual que a confiança nas instituições é um determinante para o desenvolvimento e funcionamento da democracia (Bjørnskov & Méon, 2013; OECD, 2011). Quando não há confiança nas instituições públicas, os cidadãos tendem a cooperar menos, bem como a diminuir os recursos partilhados, com impacto negativo no funcionamento dessas instituições. A sua importância assenta naquelas que se consideram ser as grandes consequências desta dimensão: “promove a democracia, assegura a governância efetiva, facilita interações sociais e otimiza a produtividade organizacional” (Bornstein & Tomkins, 2015, p.4). Desde 2007, esta é uma área que tem vindo a ter maior relevância já que a crise económica que então emergiu, levou a uma diminuição bastante acentuada da confiança institucional em vários países

(OECD, 2017). De acordo com os dados da OCDE (OECD, 2017), entre 2007 e 2015, assistimos a um decréscimo significativo na confiança nos governos (sobretudo na Eslovénia, Portugal, Espanha, Finlândia e México), nos partidos políticos nos países europeus da OCDE, nos parlamentos, nas instituições financeiras e nos media. Tal decréscimo veio trazer alguma preocupação da parte de vários governos, na medida em que tal pode levar a menos envolvimento em atividades cívicas, fuga aos impostos, menos legitimação governamental e mesmo ameaçar a democracia (Marozzi, 2015). Ao diminuir a democracia, tal como anteriormente abordado, o bem-estar das populações poderá ser igualmente afetado negativamente.

Há assim um papel fundamental dos governos para a promoção de confiança nas instituições, tendo em conta que tal será parte de um processo de construção de uma sociedade que procura promover o bem-estar dos seus cidadãos. Neste processo há a considerar duas componentes que emergem como essenciais: (1) competência (na capacidade para satisfazer as expectativas dos cidadãos com capacidade de resposta e fiabilidade) e (2) valores (integridade, abertura, justiça e boas intenções) (OECD, 2017). De acordo com a OCDE (2011, cit. in Marozzi, 2015), informar e envolver os cidadãos nos processos de tomada de decisão das instituições públicas é um processo fundamental para aumentar a confiança nas mesmas.

A confiança nas instituições forma-se essencialmente pela experiência direta com as instituições, mas também de forma indireta (via media) (Theiss-Morse, Barton & Wagner, 2015). Note-se que experiência direta, sendo uma possibilidade, não é passível de ocorrer em todas as instituições para a maioria dos cidadãos, como no caso das Nações Unidas (Hudson, 2006). Ainda assim, tal pode ser verificado, a título de exemplo, num contacto com a justiça devido a uma situação de divórcio, em que a decisão do tribunal poderá influenciar a confiança futura nessa instituição ou mesmo no governo, nomeadamente se se considerar uma decisão injusta (Hudson, 2006). A nível indireto, tratam-se de situações em que a opinião é formada a partir do que é ouvido ou lido nos media. Entre muitos autores, os media são considerados como fatores importantes nos baixos níveis de confiança política, devido ao que consideram ser uma cobertura negativa excessiva sobre instituições políticas, como no caso da cobertura

das ações do governo (Theiss-Morse et al., 2015). Contudo, o próprio impacto dos media é variável, até pelo considerado decrescente crédito dado aos meios de comunicação social nas últimas décadas (Ladd, 2012, cit in Theiss-Morse et al, 2015).

De acordo com Inglehart (1999, p.105), “se as pessoas se sentem bem em determinado regime, tal levará a sentimentos de suporte difuso [diffuse support] desse regime. (...) Regimes democráticos têm de ser legitimados aos olhos dos seus cidadãos”. De acordo com a OCDE (2011), a credibilidade política é fundamental para a confiança nas instituições, sendo que cada medida política contribui para a construção de confiança nos governos e nas instituições. Como referem Zmerli, Newton e Montero, a democracia e um bom governo “criam as condições para que a confiança social e confiança política possam florescer, facilitando que os cidadãos desenvolvam um sentido de cidadania e encorajando ao envolvimento na comunidade, envolvimento cívico, e participação democrática, completando um círculo virtuoso” (2007; p. 61). Tal como referido em diferentes estudos, a confiança nas instituições torna-se num fator importante para a prosperidade das sociedades, com baixos níveis de corrupção e de crime, contribuindo para mais confiança e, dessa forma, para mais bem-estar dos seus cidadãos (Veenhoven, 2011; Inglehart et al., 2008). “Se uma sociedade tem elevados níveis de bem-estar, os seus cidadãos sentem que a sua forma de vida é fundamentalmente boa. As suas instituições políticas ganham legitimidade por associação” (Inglehart, 1999; p.105). Esta relação verificada ao nível do bem-estar subjetivo leva-nos a considerar esta possibilidade também ao nível da depressão, para a qual se considera que a confiança nas instituições pode ter um papel protetor (Economou et al., 2014). A promoção de mais confiança nas instituições pode então ser um caminho para a redução da infelicidade (os 10% menos felizes de uma população, que Richard Layard tem vindo a considerar). De acordo com Leighton (cit. in Blazer, 2005), entre os sentimentos mais desafiantes experimentados pelas pessoas que sofrem de depressão, estão um sentido de orientação em relação à sociedade, a inclusão numa ordem moral e num sistema de valores”. A forma como os cidadãos se sentem na sociedade em que se inserem, nomeadamente a confiança que têm nas respetivas instituições, poderá ser assim um contributo importante quer na promoção de mais bem-estar, quer na diminuição de infelicidade e, particularmente, de depressão.

2.4. Desigualdade de Rendimentos, Bem-Estar e Depressão

Após a recente crise económica, a desigualdade de rendimentos voltou a ser um tópico central nas agendas de vários governos (OECD, 2015), nomeadamente pelo seu impacto na democracia (Ferrin et al, 2014), bem como no bem-estar dos cidadãos (Wilkinson & Pickett, 2009). Não obstante, verifica-se um aumento da desigualdade: de acordo com a OCDE (OECD, 2015), nos anos 80 os 10% mais ricos da população ganhavam sete vezes mais do que os 10% mais pobres, enquanto que em 2015, essa proporção aumentou, passando os 10% mais ricos a ganhar dez vezes mais do que os 10% mais pobres. Por outro lado, mesmo considerando períodos em que a pobreza diminui e a economia tem um crescimento significativo, a desigualdade pode manter-se elevada. De acordo com a OCDE (OECD, 2015), tal acontece nas atuais economias emergentes, com os mais ricos a ganharem muito mais, e os mais pobres a manterem ou diminuírem os seus rendimentos, mas também foi visível recentemente, durante a crise económica, em que a Áustria, a Dinamarca, a França e os EUA tiveram um grande aumento dos rendimentos dos mais ricos, mas também um decréscimo acentuado nos rendimentos daqueles que menos ganhavam. Esta tendência foi evidente nas últimas décadas, com um significativo crescimento económico, mas com 40% da população que menos rendimentos auferem a não beneficiar ou até mesmo a perder rendimentos. Tais tendências e dinâmicas acabam por impedir que esses 40% da população melhorem a sua situação, bem como dos seus filhos (OECD, 2015). Com maior desigualdade de rendimentos, menos oportunidades são dadas àqueles que menos rendimento auferem, independentemente de haver uma conjuntura económica mais ou menos favorável, o que pode comprometer o sentido de justiça e confiança dos cidadãos (Oishi, Kesebir & Diener, 2011), o sentido de democracia, bem como o bem-estar das populações.

Relativamente ao impacto no bem-estar subjetivo, têm surgido algumas divergências sobre esta relação, havendo perspetivas antagónicas. Um dos seus principais críticos tem sido o sociólogo Ruut Veenhoven (2011) que afirma que não existe uma relação evidente e que a desigualdade de rendimentos pode mesmo ser positiva para o bem-estar, se tivermos em conta a riqueza da nação em questão. Contudo, Wilkinson e Pickett (2009) sublinham o relevo que a desigualdade de rendimentos tem em múltiplas problemáticas das sociedades contemporâneas, como são o nível de confiança, a saúde mental (incluindo adições de drogas

e álcool), a esperança de vida, a mortalidade infantil, a obesidade, a performance educativa das crianças, gravidez adolescente, homicídios, taxas de reclusos ou mobilidade social. Defendem assim uma relação clara entre mais igualdade de rendimentos e mais bem-estar, em diferentes dimensões. Por outro lado, no Relatório Mundial de Felicidade de 2016 [World Happiness Report], Helliwell et al., não obstante saudarem o trabalho específico que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito do estudo do impacto da desigualdade de rendimentos, consideram que será importante dar relevo à desigualdade de forma mais abrangente, avaliando a desigualdade do bem-estar subjetivo. A avaliação deste nível de desigualdade será, de acordo com os autores, uma forma mais inclusiva, já que nos dá uma “melhor medida das consequências de qualquer desigualdade na distribuição de variáveis-chave como os rendimentos, a saúde, a educação, a liberdade ou a justiça, que sustentam os níveis e distribuição da felicidade humana” (Helliwell et al, 2016; p. 30).

Há assim diferentes perspetivas sobre o impacto da desigualdade de rendimentos no bem-estar, bem como abordagens igualmente distintas. Alesina, Di Tella e MacCulloch (2004) concordam que há efetivamente um impacto da desigualdade de rendimentos no bem-estar subjetivo mas alertam para as diferenças culturais que podem emergir nesta área. Considerando o estudo comparativo as populações da Europa e dos EUA, referem que na Europa os pobres e as pessoas que se encontram no espectro político da esquerda tendem a sofrer mais com a desigualdade de rendimentos (quando comparados com os mais ricos ou de direita). Nos EUA, o bem-estar dos pobres parece não ser afetado, mas os ricos já demonstram ser afetados por esta desigualdade. Diferentes perceções sobre a mobilidade social podem, de acordo com os autores, ser a melhor explicação para estas diferenças na forma de reagir à desigualdade de rendimentos. Os dados referem que os europeus acreditam viver em sociedades com pouca mobilidade social e que os pobres estão presos nessa situação, mas que vale a pena ajudar. Os americanos, de acordo com o mesmo estudo, tendem a considerar que a sociedade tem uma mobilidade considerável e que, com trabalho árduo, os pobres podem sair dessa situação. Tal está em concordância com resultados do *World Values Survey* em que 60% dos americanos acreditam que os pobres são preguiçosos (enquanto menos de 30% dos europeus tem a mesma perspetiva) (Alesina et al, 2004).

Cooper, McClausland e Theodossiou (2013) são também defensores do impacto negativo da desigualdade de rendimentos no bem-estar da população, e consideram que tal afeta toda a população, e não só os que menos rendimentos auferem. Tais resultados são contrários ao encontrado por Oishi et al (2011), que concluíram que a desigualdade de rendimentos afetaria apenas as pessoas com menos rendimentos, mas não as com maiores rendimentos, a partir de um estudo longitudinal realizado nos EUA, ao longo de 37 anos. Oishi et al (2011) explicavam os seus resultados a partir de mecanismos psicológicos, considerando que estavam envolvidos a justiça percebida bem como a confiança.

A desigualdade de rendimentos parece assim ter impacto a múltiplos níveis, como será exemplo a saúde. Wilkinson (2006) refere verificar mais saúde e longevidade em sociedades mais igualitárias, o que está em concordância com resultados obtidos por Vaclair, Marques,... e Bratt (2015), que demonstram mais saúde subjetiva, entre a população idosa, em sociedades mais igualitárias. No tocante à saúde mental, Wilkinson et al (2009) alertam para o aumento evidente dos níveis de depressão e ansiedade entre os anos 70 e os anos 90, que consideram ser agravados pela desigualdade de rendimentos. Em termos psicológicos, Vaclair e Bratanova (2016), a partir de um estudo com 28 países europeus, referem que indivíduos que vivem em sociedades mais desiguais, vivem com mais medo de crimes, sendo que esse medo é superior em etnias maioritárias (e não tanto nas minorias) – os autores referem que tal poderá esconder um preconceito disfarçado em relação a estrangeiros, que são vistos como os responsáveis pelos crimes. Assim, podemos considerar que mais desigualdade de rendimentos poderá de algum modo contribuir também para menos saúde física, efetiva e percebida, menos saúde mental, mais medos de crime ou mais preconceito, condicionando naturalmente o bem-estar de uma população.

Tov et al (2009), num estudo em que propuseram a desigualdade de rendimentos como moderador da relação do bem-estar subjetivo com a confiança no governo, verificaram, nos cinquenta países estudados, que o bem-estar e a confiança no governo estavam mais fortemente associados em contextos de maior igualdade e menor violência. Os autores consideram que condições instáveis provocadas pela desigualdade (mas também pela

pobreza e pela violência) “podem enfraquecer a associação entre bem-estar e percepções da sociedade como a confiança generalizada e a confiança no governo” (Tov et al, 2009; p.236).

2.5 Questões de Investigação e Hipóteses

Considerando as diferentes evidências, podemos equacionar aqui o contexto económico, e especificamente a desigualdade de rendimentos, como um fator que pode contribuir para reforçar ou diminuir a relação entre bem-estar subjetivo (bem como entre a depressão) e outras variáveis psicossociais, como é o caso da confiança das instituições. De acordo com Tov et al. (2009; p. 236), “quando as pessoas conseguem satisfazer as suas necessidades e sentem que o estado económico e social da sua sociedade é adequado, eles tendem a aumentar o seu bem-estar, bem como maior confiança na performance dos seus governos”. A própria relação entre bem-estar e confiança no governo, segundo os autores, será condicionada pelo contexto, nomeadamente pela desigualdade de rendimentos, pobreza e violência. É neste sentido que se pretende, no presente trabalho compreender a relação entre as diferentes variáveis, com os seguintes objetivos metodológicos:

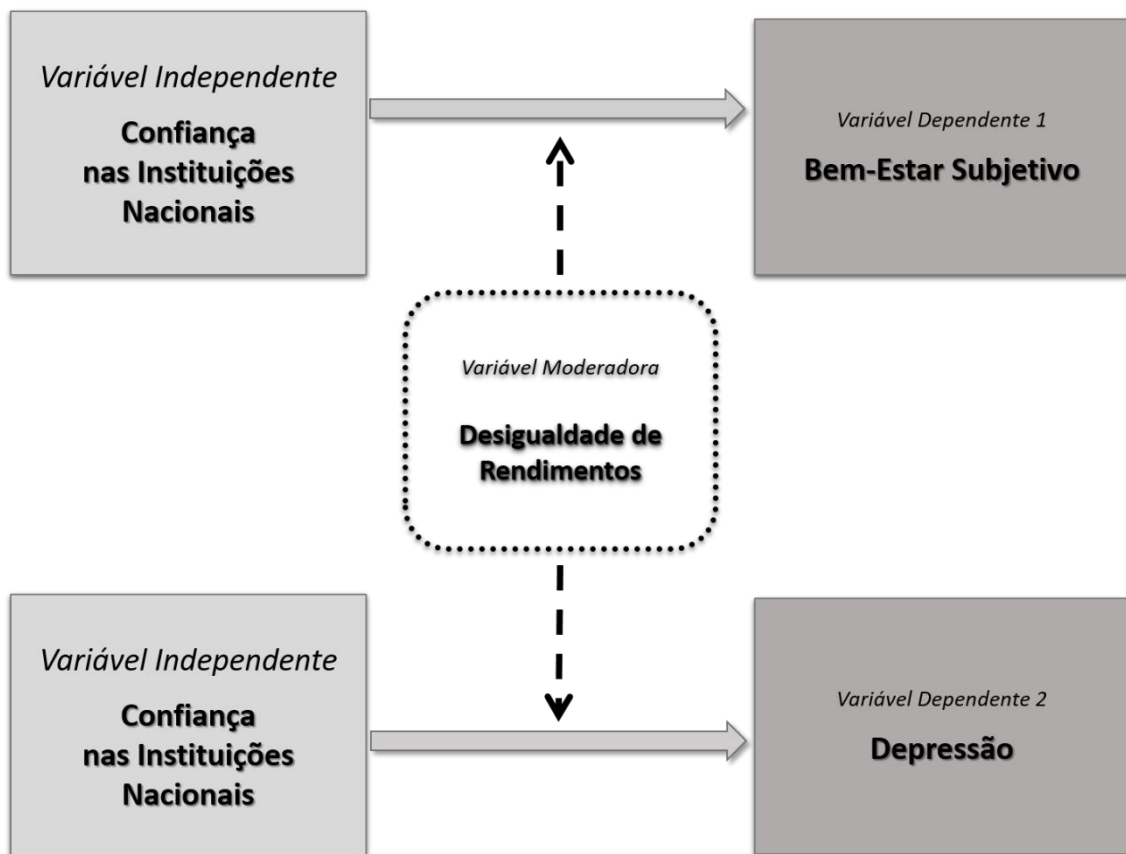
- (1) identificar a associação entre confiança nas instituições nacionais e bem-estar subjetivo nos países europeus;
- (2) identificar a associação entre confiança nas instituições nacionais e depressão nos países europeus;
- (3) identificar o efeito moderador da desigualdade de rendimentos, na relação entre confiança nas instituições nacionais e bem-estar subjetivos dos europeus;
- (4) identificar o efeito moderador da desigualdade de rendimentos, na relação entre confiança nas instituições nacionais e depressão dos europeus.

2.6 Modelo Empírico

A partir da revisão de literatura, o presente trabalho propõe a existência de uma associação tanto entre a confiança nas instituições nacionais e bem-estar subjetivo, como entre a

confiança nas instituições nacionais e depressão. Contudo, tendo em conta a importância da desigualdade de rendimentos no bem-estar e considerando ainda a sua relação com a confiança nas instituições proposta por alguns autores já referidos, considera-se então que a desigualdade de rendimentos pode ter um papel moderador na relação entre confiança nas instituições nacionais e bem-estar subjetivo, como na relação entre confiança nas instituições nacionais e depressão, reforçando ou diminuindo a força dessa relação.

Figura 1 - Representação esquemática do modelo empírico em análise



Serão assim consideradas as seguintes hipóteses, no presente trabalho:

H1 – A confiança nas instituições nacionais está positivamente associada com o bem-estar subjetivo, nos países europeus estudados (H1a) e está negativamente associada com a depressão, nos países europeus estudados (H1b);

H2 – A desigualdade de rendimentos está negativamente associada com o bem-estar subjetivo, nos países europeus estudados (H2a) e positivamente associada com a depressão, nos países europeus estudados (H2b);

H3 – A relação entre a confiança nas instituições nacionais e o bem-estar subjetivo é moderada pela desigualdade de rendimentos, sendo que se espera que esta relação seja tanto mais forte, quanto menor o nível de desigualdade de rendimentos.

H4 – A relação entre confiança nas instituições nacionais e baixos níveis de depressão é moderada pela desigualdade de rendimentos, sendo que se espera que esta relação seja tanto mais forte, quanto menor o nível de desigualdade de rendimentos.

Trata-se de um estudo de natureza quantitativa, considerando duas variáveis dependentes (VD): Bem-Estar Subjetivo e Depressão, sendo avaliada a existência de uma associação significativa entre Confiança nas Instituições Nacionais (Variável Independente) e cada uma das VDs. Será verificada a existência do efeito moderador da desigualdade de rendimentos (Variável Moderadora) em ambas as situações.

3. Método

O presente trabalho é baseado nos dados do *round 7* do *European Social Survey* (ESS). O ESS é um questionário bianual que já integrou trinta e seis países desde 2001 (Jeffrey, Abdallah, & Quick, 2015). Pretende monitorizar e interpretar a mudança de atitudes e valores nos países europeus, e investigar como interagem com as respetivas instituições em mudança continuada, bem como criar uma série de indicadores sociais europeus (*European Social Survey, 2015*).

A segunda edição de dados do Round 7 foi disponibilizada em Maio de 2016. Em Julho de 2016 foi possível aceder aos dados de vinte países europeus: Áustria, Bélgica, Suíça, República Checa, Alemanha, Dinamarca, Estónia, Espanha, Finlândia, França, Reino Unido, Hungria, Irlanda, Lituânia, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, Suécia e Eslovénia. Apesar de

considerado no ESS, Israel não foi incluído na presente análise, já que o objetivo do trabalho passa pela análise apenas dos países europeus. De notar que, não obstante se tratarem de países europeus, nem todos integram a União Europeia, como é o caso da Suíça e da Noruega. Os dados foram recolhidos em 2014, via entrevistas pessoais com duração de uma hora (ESS Round 7), integrando questões sobre diversos domínios. No presente estudo foram considerados os domínios do bem-estar subjetivo (felicidade e satisfação com a vida), sintomatologia depressiva e confiança nas instituições nacionais.

Foram selecionados para o presente estudo os países europeus, com dados disponíveis no sítio de internet do *European Social Survey, round 7*, em Julho de 2016. Numa primeira fase recorreu-se à identificação das correlações entre confiança nas instituições nacionais e bem-estar subjetivo, bem como entre confiança nas instituições nacionais e depressão, e posteriormente foi verificado o efeito moderador da desigualdade de rendimentos em ambas as situações. Para a análise da desigualdade de rendimentos, considerou-se o coeficiente de Gini, através do método de regressão linear, com análise contextual. A análise contextual é uma das formas que nos permite avaliar os efeitos independentes e interativos em variáveis medidas em níveis diferentes, usando variáveis de nível grupal em regressões de nível individual (Leeuw & Meijer, 2008). As respetivas limitações serão consideradas na discussão dos resultados. Foi então criada uma variável contextual, integrando os valores de Gini dos diferentes países em estudo, conforme dados do Eurostat 2014. Esta variável apresenta um valor igual para todos os indivíduos de cada país, permitindo assim a análise contextual do efeito moderador dessa variável sobre a relação entre Confiança nas Instituições (VD) e Bem-estar subjetivo (VD1), bem como entre Confiança nas Instituições e Depressão (VD2).

3.1 Amostra

A amostra é constituída por 37623 participantes (n=37623; 0 *missing*), oriundos de vinte países europeus, e com média de idades de 49 anos: Áustria, (n=1795), Bélgica (n=1769), Suíça (n=1532), República Checa (n=2148), Alemanha (n=3045), Dinamarca (n=1502), Estónia(n=2051), Espanha (n=1925), Finlândia (n=2087), França (n=1917), Reino Unido (n=2264), Hungria (n=1698), Irlanda (n=2390), Lituânia (n=2250), Holanda (n=1919), Noruega

(n=1436), Polónia (n=1615), Portugal (n=1265), Suécia (n=1791) e Eslovénia (n=1224), integrantes dos respondentes do *round 7* do *European Social Survey*. Tratam-se de amostras probabilísticas aleatórias, representativas da população com mais de 15 anos, residentes em casas próprias. Foram consideradas diferentes variáveis sociodemográficas, considerando a relevância demonstrada na literatura para as variáveis em estudo: idade, género (masculino = 1; feminino = 2), educação (baixa=1; média=2; alta=3), situação face ao trabalho (com trabalho pago nos últimos 7 dias=1; outro=2), rendimento do agregado familiar (1º Decile =1, 2º Decile=2; 3º Decile=3; ... 10º Decile=10) (ver Tabela 1). No tocante à educação, esta foi codificada a partir da proposta do ISCED (*International Standard Classification of Education*), sendo posteriormente agregada nos níveis baixo, médio e alto de acordo com a classificação proposta pelo Eurostat ([http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/International Standard Classification of Education \(ISCED\)](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/International_Standard_Classification_of_Education_(ISCED))). As restantes variáveis seguem a codificação do ESS7.

Tabela 1. - Descrição dos Dados Sociodemográficos da Amostra

País	N	Idade (%)				Género (%)		Educação (%)			Situação Laboral (%)		Rendimento do Agregado Familiar (%)										
		<21 anos	21-40 anos	41-60 anos	61-80 >80 anos	Feminino	Masculino	Baixa	Média	Alta	Com Trabalho pago nos últimos 7 dias	Outro	1º Decile	2º Decile	3º Decile	4º Decile	5º Decile	6º Decile	7º Decile	8º Decile	9º Decile	10º Decile	
Alemanha	3045	7	25	36,7	27,7	3,6	49,3	50,7	10,2	53,8	36	56,5	43,5	6,7	8,4	10,5	10,2	8,8	9,9	11	11,6	10,2	12,8
Áustria	1795	4,4	30,9	36,2	24,7	3,8	52,5	47,5	21,8	63,5	14,6	55,8	44,2	9,3	15,1	12,4	13,1	13,9	11,7	10,4	7	3,7	3,3
Bélgica	1769	9,5	29,8	34,1	22,2	4,4	49,3	50,7	32,5	32	35,5	50,9	49,1	3,2	7,5	10,4	11,2	11,9	11,2	15,8	12,3	10,3	6,2
Dinamarca	1502	8,1	28,6	34,9	24,3	4,1	48,1	51,9	19,1	38,2	42,8	57	43	8,9	9,3	7,3	10,2	10,2	11,3	11,3	8,6	7,2	15,7
Eslóvenia	1224	6,8	27,8	33,1	28,5	3,8	54	46	22,7	53,2	24	43	57	11,4	13,4	12,7	14,4	11,6	9,8	10	6,4	5,9	4,5
Espanha	1925	6,5	30,3	36,1	21,9	5,2	48,7	51,3	58,7	16,7	24,5	47,2	52,8	10,8	10,7	14,6	13,6	10,7	11,8	6,6	7,3	7,4	6,4
Estónia	2051	5,5	29,3	32,3	27,6	5,3	59,3	40,7	14,3	53,3	32,5	56,8	43,2										
Finlândia	2087	5,9	25,1	32,7	30,1	6,2	50,8	49,2	24,7	38,2	37	48,9	51,1	8,6	7,3	9,6	10,5	10,5	10,8	13	12,8	9,1	7,8
França	1917	5,5	28,9	34	26	5,6	52,4	47,6	25	41,6	33,4	48,8	51,2	12,7	12,1	9,1	11,1	9,7	9,3	11,9	9,1	8	6,9
Holanda	1919	4,5	26,7	35,4	29,2	4,2	55,2	44,8	33,9	32,8	33,3	50,4	49,6	6,8	9,3	8,6	7,6	11,1	12,9	10,6	12,5	10,8	9,8
Hungria	1698	5,9	27,4	33,5	30	3,2	57,5	42,5	21,3	60,2	18,5	52,3	47,7	3,8	5,5	8,7	10,2	10,9	8,7	11,3	12,8	9,8	18,4
Irlanda	2390	5,7	30,3	32,8	27,1	4,1	53,9	46,1	36,3	33,4	30,3	44,1	55,9	19,7	16,3	13,6	10,8	12,3	8,7	7,2	5,4	3,1	3
Lituânia	2250	8,6	23,5	36,9	28,6	2,4	61,4	38,6	21,5	46	32,6	50,5	49,5	9,8	11,5	12	11	10,3	9,9	8,5	9,5	7,5	10
Noruega	1436	9,9	28,4	35,6	22,7	3,4	46,8	53,2	19,3	36,6	44,1	63,7	36,3	9	11,5	10,9	12,5	10	9,8	8,5	9,8	7,9	9,9
Polónia	1615	7,2	33,1	32,1	23,8	3,8	54,2	45,8	22,3	57,6	20,1	51,2	48,8	11,3	9,4	10,9	11,8	9,8	10,8	9,9	11	7,6	7,6
Portugal	1265	5,6	24,9	29,4	33,9	6,2	54,9	45,1	63,8	18,9	17,3	42,9	57,1	11,8	16,4	10,9	12,1	11,6	8,7	8,4	7,6	8,9	3,6
Reino Unido	2264	3,6	26,7	33,4	30,1	6,2	54,8	45,2	35,1	25,7	39,2	49,8	50,2	14,9	13,9	11,5	8,6	9	8,4	8,1	8	8	9,5
República Checa	2148	6,8	32,3	35,5	24,4	1	53,1	46,9	13,1	71,6	15,3	55,8	44,2	8,6	9,9	9,7	11,8	14,6	14	11,1	10,7	6,4	3,2
Suécia	1791	6,9	29	30,9	27,2	6	50,1	49,9	20,5	44,1	35,5	56,7	43,3	7,2	7,7	7,1	8	7,2	9,4	8,6	13,8	14,1	16,8
Suíça	1532	9	29,5	34,1	23,5	3,9	76,6	50	18,5	51,3	30,2	59,9	40,1	7,1	10,4	10	11,6	11,5	13,3	12,9	9,6	6,8	6,7

3.2 Medidas

Variáveis Dependentes

Bem-Estar Subjetivo

O bem-estar subjetivo é avaliado considerando o índice de bem-estar composto pelas dimensões cognitiva (satisfação com a vida) e emocional (felicidade sentida). Trata-se de um índice amplamente utilizado na literatura, dando-se igual valor a cada uma das partes (Inglehart et al, 2008) e, apesar da questão da satisfação com a vida fazer avaliações de medidas mais estáveis e a longo prazo, e a felicidade avaliar medidas dependentes do humor mais imediato, ambas estão correlacionadas (Heliwell et al, 2004). Este índice tem sido utilizado nos diferentes *rounds* do *European Social Survey* desde 2002, pese embora em muitos *rounds* algumas áreas ou dimensões do bem-estar sejam aprofundadas, de forma complementar, com questões específicas de acordo com diferentes objetivos (*European Social Survey*, 2015). No *round 7* do ESS, porém, as questões referentes ao bem-estar são apenas as duas utilizadas no presente trabalho. As questões sobre satisfação com a vida (“Considerando todas as coisas, nos dias de hoje, quão satisfeito está com a sua vida, como um todo?”), com respostas numa escala de *likert* entre 0 e 10 valores, em que 0 se refere a “extremamente insatisfeito” e 10 se refere a “extremamente satisfeito”. No tocante à felicidade, a pergunta utilizada é “Considerando todas as coisas juntas, quão feliz diria que é?”, igualmente avaliada numa escala de *likert* entre 0 e 10 (de “extremamente infeliz” a “extremamente feliz”) (<http://esswellbeingmatters.org/measures/>). Em ambas as questões, quando houve recusa a responder, ou quando os respondentes consideraram não saber a resposta, não se consideraram as respostas na análise, colocando os respetivos valores como “*missing values*”. O valor de Alfa de Cronbach é de 0.82, para a amostra em estudo, com uma variação entre países de 0,70 a 0,87, considerando-se que este indicador possui uma boa consistência interna (Pallant, 2013). Os níveis de bem-estar encontram-se entre 6,03 e 8,29 nos países desta amostra (ver Tabela 2).

Depressão

A depressão é medida através de oito itens que integram a versão resumida do *Center for Epidemiologic Studies Depression Scale – CES-D8* (Radloff, 1977), sendo considerada uma escala com elevada fiabilidade e validade. O CES-D foi proposto nos anos setenta por Radloff

(1977), como uma escala a ser utilizada em estudos epidemiológicos da sintomatologia depressiva na população geral. A versão original apresenta vinte itens que permite, de forma rápida e válida, identificar risco ou presença de depressão, considerando a avaliação que os sujeitos fazem sobre sintomatologia depressiva na última semana (Missinne, Vandeviver, Van de Velde & Bracke, 2014; Gonçalves & Fagulha, 2004; Radloff, 1977). Apesar da ampla utilização da escala original em contexto de investigação, a versão resumida CES-D8, de oito itens, tem sido pouco utilizada nestes contextos (Missinne et al, 2014). Todavia, esta tem sido utilizada pelo *European Social Survey*, contribuindo para o aprofundamento do estudo desta escala (Missinne et al, 2014) e terá sido confirmada a sua validade por Van de Velde, Bracke, Levecque e Meuleman (2010).

A escala integra os seguintes itens: “(...) na passada semana, quantas vezes... (1) se sentiu deprimido; (2) sentiu que tudo o que fazia era um esforço; (3) o sono não foi reparador; (4) esteve feliz; (5) sentiu-se sozinho; (6) apreciou a vida; (7) sentiu-se triste; (8) não conseguia aguentar” (<http://esswellbeingmatters.org/measures/>). Todos os itens são avaliados numa escala de likert de 0 a 4, em que 0 corresponde a “nunca ou quase nunca” e 4 corresponde a “sempre ou quase sempre”. Os itens (4) e (6) foram recodificados reversamente [*reverse coded*], de forma a que um valor mais elevado na avaliação da escala correspondesse a um nível superior de depressão. Recusas a responder, ou resposta de “não sei” foram consideradas como “*missing values*”. O valor de Alfa de Cronbach é de 0,83, para a amostra em estudo, com uma variação entre países de 0,77 a 0,87, considerando-se que este indicador possui uma boa consistência interna (Pallant, 2013). No tocante aos sintomas depressivos, verificamos valores médios entre 1,51 e 1,90 nos países nesta amostra (ver Tabela 2).

Variável Independente

Confiança nas Instituições Nacionais

A confiança nas instituições tem vindo a ser medida com diferentes formas (Sønderskov et al, 2016), considerando muitas vezes instituições específicas separadamente, mas menos as instituições públicas como um todo (Marozzi, 2015). No presente trabalho é considerada a confiança nas instituições nacionais, sendo avaliada a partir da seguinte questão do ESS7, com cinco itens distintos associados: “... por favor diga-me numa pontuação de 0-10 quanto é que,

pessoalmente, confia em cada uma das instituições que vou ler: (1) Parlamento Nacional; (2) Sistema Judicial; (3) Polícia; (4) Políticos; (5) Partidos Políticos”. Apesar de serem considerados, enquanto itens associados a esta questão, a confiança no Parlamento Europeu ou nas Nações Unidas não foram analisadas, cingindo-se o trabalho às instituições nacionais, tal como abordado em outros estudos (Halapuu et al, 2013). Os itens da presente escala são avaliados numa escala de *likert* de 0 a 10, em que 0 corresponde a “nenhuma confiança” e 10 corresponde a “confiança total”. Foi criada uma variável “confiança nas instituições”, integrando os cinco itens referidos, já que o objetivo é estudar a confiança nas instituições nacionais, como um todo. Não obstante se considerarem apenas as instituições nacionais, à semelhança de outros estudos, será referido tanto confiança nas instituições como confiança nas instituições nacionais, tendo neste trabalho o mesmo significado. O valor de Alfa de *Cronbach* é de 0.89, para a amostra em estudo, com uma variação entre países de 0,83 a 0,91, considerando-se que este indicador possui uma boa consistência interna (Pallant, 2013).

Variável Moderadora

Desigualdade de Rendimentos

A desigualdade de rendimentos foi avaliada de acordo com o coeficiente de Gini, que avalia a desigualdade através de toda a sociedade (e não, como outras medidas, apenas os extremos). O seu valor varia entre 0 e 100. Quanto mais elevado o coeficiente de Gini, maior a desigualdade de um país (Wilkinson et al, 2009). Os valores de Gini referidos baseiam-se nos dados disponibilizados no Eurostat (<http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&language=en&pcode=tessi190>), sendo que, nos países estudados os valores variam entre 23,5 e 35,6 (ver Tabela 2).

4. Resultados

Os resultados, abaixo apresentados, seguem a seguinte ordem: (1) resultados descritivos, (2) correlações entre as variáveis em estudo; (3) análise de regressão para testar o efeito

moderador da desigualdade de rendimentos na relação entre confiança nas instituições e bem-estar, como entre confiança nas instituições e depressão.

4.1. Resultados Descritivos

O bem-estar subjetivo apresenta níveis diferenciados entre os países europeus, sendo que, nos países estudados, podemos verificar, numa escala de 0 a 10, diferenças entre países superiores a 2 pontos (ver Gráfico 1). O *ranking* de bem-estar mostra-se assim liderado pela Dinamarca, com 8,29 pontos, seguido da Suíça (8,08), da Finlândia (7,98) e da Noruega (7,96). Com os valores mais baixos, identificamos a Lituânia (6,03), Hungria (6,11) e Portugal (6,33).

Tabela 2 – Estatísticas Descritivas (n=37623)

País	N	Coeficiente de Gini	Bem-estar				Confiança nas	
			Subjetivo		Depressão		Instiuições	
			Média	DP	Média	DP	Média	DP
Alemanha	3045	30,70	7,50	1,73	1,68	0,45	5,04	1,85
Áustria	1795	27,60	7,35	1,85	1,62	1,47	4,74	2,06
Bélgica	1769	25,90	7,60	1,44	1,62	0,47	4,83	1,89
Dinamarca	1502	27,70	8,29	1,47	1,57	0,45	6,21	1,84
Eslovénia	1224	25,00	6,81	2,06	1,64	0,49	3,07	1,84
Espanha	1925	34,70	7,19	1,82	1,75	0,56	3,71	1,96
Estónia	2051	35,60	6,67	1,93	1,79	0,51	4,53	2,00
Finlândia	2087	25,60	7,98	1,36	1,55	0,40	5,90	1,71
França	1917	29,20	6,79	1,91	1,66	0,50	4,16	1,79
Holanda	1919	26,20	7,69	1,33	1,59	0,47	5,43	1,72
Hungria	1698	28,60	6,11	2,02	1,88	0,55	3,96	2,14
Irlanda	2390	30,90	7,07	1,82	1,58	0,49	4,45	1,84
Lituânia	2250	35,00	6,03	2,09	1,90	0,49	3,79	2,01
Noruega	1436	23,50	7,96	1,49	1,51	1,39	6,38	1,58
Polónia	1615	30,80	7,09	1,98	1,68	0,60	3,10	1,85
Portugal	1265	34,50	6,33	2,12	1,89	0,60	3,39	1,92
Reino Unido	2264	31,60	7,32	1,93	1,67	0,52	4,63	2,03
República								
Checa	2148	25,10	6,77	1,86	1,82	0,56	4,18	2,10
Suécia	1791	25,40	7,90	1,47	1,59	0,46	5,91	1,73
Suíça	1532	29,50	8,08	1,46	1,53	0,44	6,07	1,62

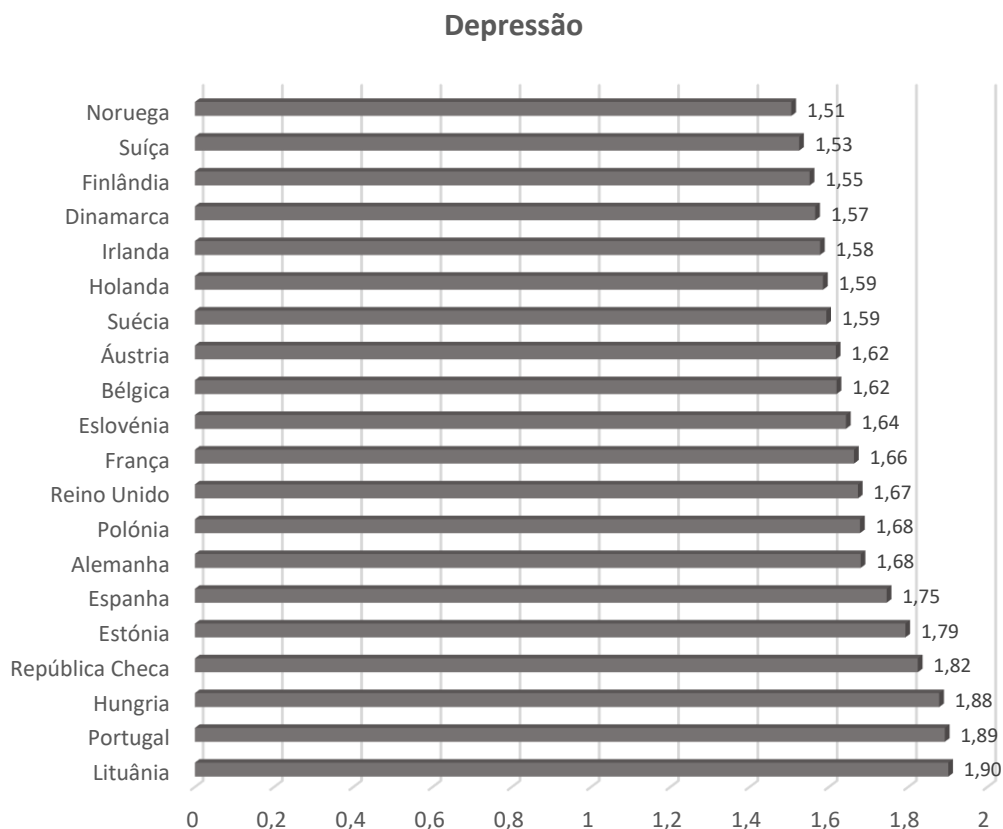
Gráfico 1- Valores médios de bem-estar subjetivo (valores mais elevados indicam mais bem-estar subjetivo)



No tocante aos valores médios dos níveis de depressão identificados nos países estudados (ver Gráfico 2), verificamos, numa escala de 0 a 4 - em que 0 se refere ao valor mínimo de depressão e 4 se refere ao valor máximo de depressão -, que os países com valores mais baixos de depressão, são também os países com maiores níveis de bem-estar: Noruega (1,51), Suíça (1,53), Finlândia (1,55) e Dinamarca (1,57). Relativamente aos países com níveis superiores

de depressão, sendo também os mesmos onde se encontram menos níveis de bem-estar, são: Lituânia (1,90), Portugal (1,89) e Hungria (1,88).

Gráfico 2 - Valores médios de depressão (valores mais elevados indicam mais depressão)



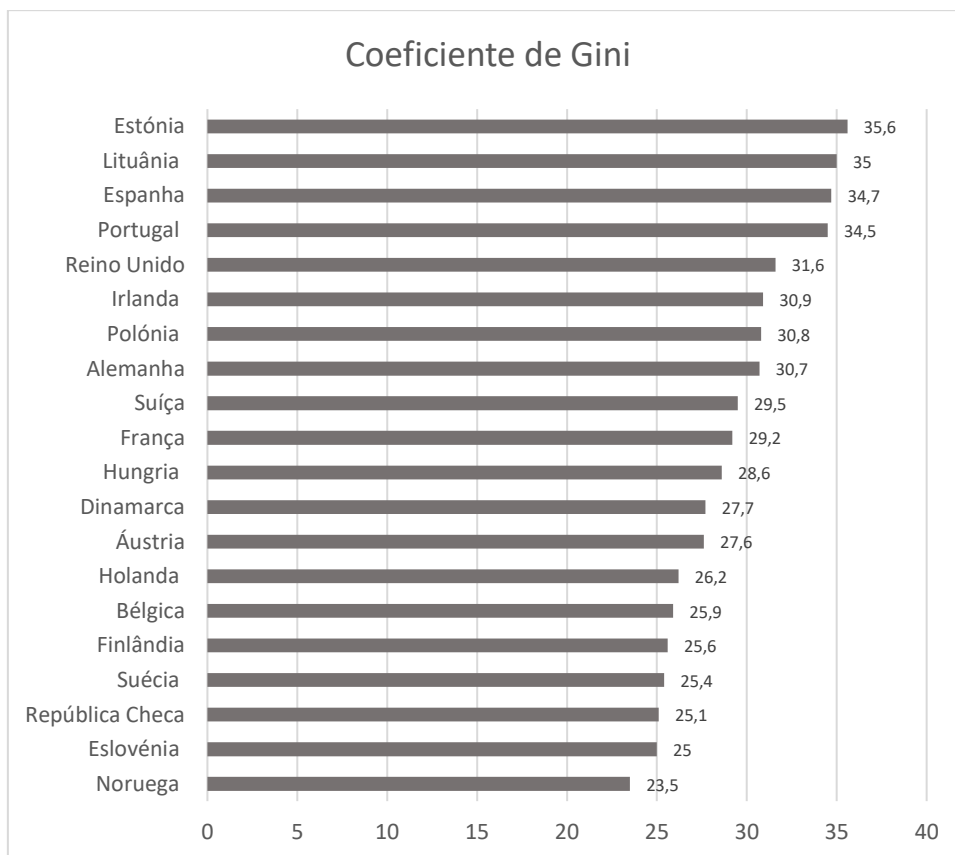
Na variável Confiança nas Instituições (Gráfico 3), avaliada entre 0 e 10 pontos, podemos constatar que Noruega (6,38), Dinamarca (6,21) e Suíça (6,07) se mantêm com os valores mais elevados também nesta variável, para além da Suécia (5,91). Os países onde se verifica uma média de menores valores de Confiança nas Instituições nacionais são a Eslovénia (3,07), a Polónia (3,10) e Portugal (3,39).

Gráfico 3 - Valores Médios da Confiança nas Instituições Nacionais



Quanto à variável moderadora, a desigualdade de rendimentos, avaliada pelo coeficiente de Gini, os seus valores variam entre 0 e 100, sendo que o valor mais alto corresponde à maior desigualdade de rendimentos. De acordo com os dados do coeficiente de Gini de 2014 do Eurostat, nos países estudados, a Noruega é o país com menor desigualdade de rendimentos (23,5) e a Estónia o país mais desigual (35,6). Portugal é ainda um dos países com maior desigualdade de rendimentos da Europa, com um coeficiente de Gini de 34,5 (ver Gráfico 4).

Gráfico 4 - Valores do Coeficiente de Gini



4.2. Análise das Correlações das Variáveis em Estudo

Para a análise de correlações (ver Tabela 3) foi utilizada a medida *r de Pearson*, com vista a compreender a força da relação entre as variáveis. Verificamos assim que existem correlações significativas entre todas as variáveis em estudo. Podemos constatar, tal como esperado, a existência de uma correlação positiva e média entre confiança nas instituições nacionais e bem-estar ($r = .35, p < .001$), e uma correlação negativa baixa entre confiança nas instituições nacionais e depressão ($r = -.20, p < .001$), tal como esperado. Quando observamos a relação entre bem-estar subjetivo e depressão, verificamos a existência de uma correlação negativa elevada ($r = -.56, p < .001$). Relativamente ao coeficiente de Gini, este mostra-se igualmente correlacionado com as restantes três variáveis, mesmo que a um nível baixo. Assim, tal como esperado, a desigualdade de rendimentos mostra-se negativamente correlacionada com bem-estar subjetivo ($r = -.176, p < .001$), e positivamente correlacionada com a depressão ($r = .131, p < .001$).

Tabela 3- Matriz das Correlações das Variáveis em Estudo para a amostra global

	Depressão	Bem-Estar Subjetivo	Confiança nas Instituições	Coefficiente de Gini
Depressão	1			
Bem-Estar Subjetivo	-,559**	1		
Confiança nas Instituições	-,204**	,346**	1	
Coefficiente de Gini	,131**	-,176**	-,219**	1

****.** *Correlação significativa ao nível 0.01(2-tailed).*

4.3. Modelos Estimados

Ao nível da regressão linear efetuada para cada uma das Variáveis Dependentes (VD1 – Bem-Estar Subjetivo; VD2 – Depressão), num primeiro passo foram introduzidas as variáveis sociodemográficas consideradas relevantes na literatura, enquanto preditoras quer de bem-estar subjetivo, quer de depressão (idade, género, rendimento do agregado, situação face ao trabalho, escolaridade), seguiu-se a Variável Independente (VI; Confiança nas Instituições Nacionais), no passo seguinte a Variável Moderadora (VM; Coeficiente de Gini) e, por último, a interação entre VI e VM.

Modelos Estimados com Variável Dependente Bem-Estar Subjetivo

No primeiro modelo, quando consideramos apenas as variáveis sociodemográficas, podemos verificar que todas são significativas com $p < 0,05$, à exceção do género ($\beta = 0,00$; $p = 0,85$). Verificamos aqui que a idade ($\beta = -0,02$; $p = 0,00$) tem uma relação inversa com o bem-estar subjetivo (quando mais idade menos bem-estar), verificando-se uma relação positiva com a educação (mais educação prediz mais bem-estar), bem como com o trabalho pago nos últimos

sete dias (ter trabalho pago prediz mais bem-estar). Neste nível de análise, o rendimento do agregado é o principal preditor de bem-estar ($\beta=0,22$; $p=0,00$) (ver Tabela 4).

Tabela 4 - Resultados da Análise da Regressão Linear para as variáveis preditoras de Bem-estar subjetivo: Efeito Moderador da Desigualdade de Rendimentos (VD 1)

Modelo	Variáveis Predictoras de Bem-Estar Subjetivo		Adjusted R Square	R Square Change	Beta	P	F
Modelo 1	Variáveis Sociodemográficas	Idade	0,07	0,07	-0,02	0,00	439,05
		Género			0,00	0,85	
		Educação			0,07	0,00	
		Trabalho nos últimos 7 dias			0,01	0,03	
		Rendimento do Agregado			0,22	0,00	
Modelo 2	Variáveis Sociodemográficas	Idade	0,16	0,09	-0,02	0,00	954,34
		Género			0,01	0,08	
		Educação			0,02	0,00	
		Trabalho nos últimos 7 dias			0,02	0,00	
		Rendimento do Agregado			0,18	0,00	
	Confiança nas Instituições	0,31			0,00		
Modelo 3	Variáveis Sociodemográficas	Idade	0,17	0,01	-0,02	0,00	886,74
		Género			0,01	0,05	
		Educação			0,02	0,01	
		Trabalho nos últimos 7 dias			0,02	0,00	
		Rendimento do Agregado			0,18	0,00	
	Confiança nas Instituições	0,29			0,00		
	Coeficiente de Gini	-0,09			0,00		
Modelo 4		Idade	0,17	0,00	-0,02	0,00	761,75

Variáveis Sociodemográficas	Gênero	0,01	0,05
	Educação	0,02	0,01
	Trabalho nos últimos 7 dias	0,02	0,00
	Rendimento do Agregado	0,18	0,00
	Confiança nas Instituições	0,08	0,10
	Coeficiente de Gini	-0,15	0,00
	Interação Confiança nas Instituições e Gini	0,21	0,00

No modelo 2, para além das variáveis sociodemográficas, é introduzida também a variável independente, Confiança nas Instituições, sendo aqui a principal preditora de bem-estar subjetivo ($\beta=0,31$; $p=0,00$). No tocante às variáveis sociodemográficas, todas se mantêm significativas.

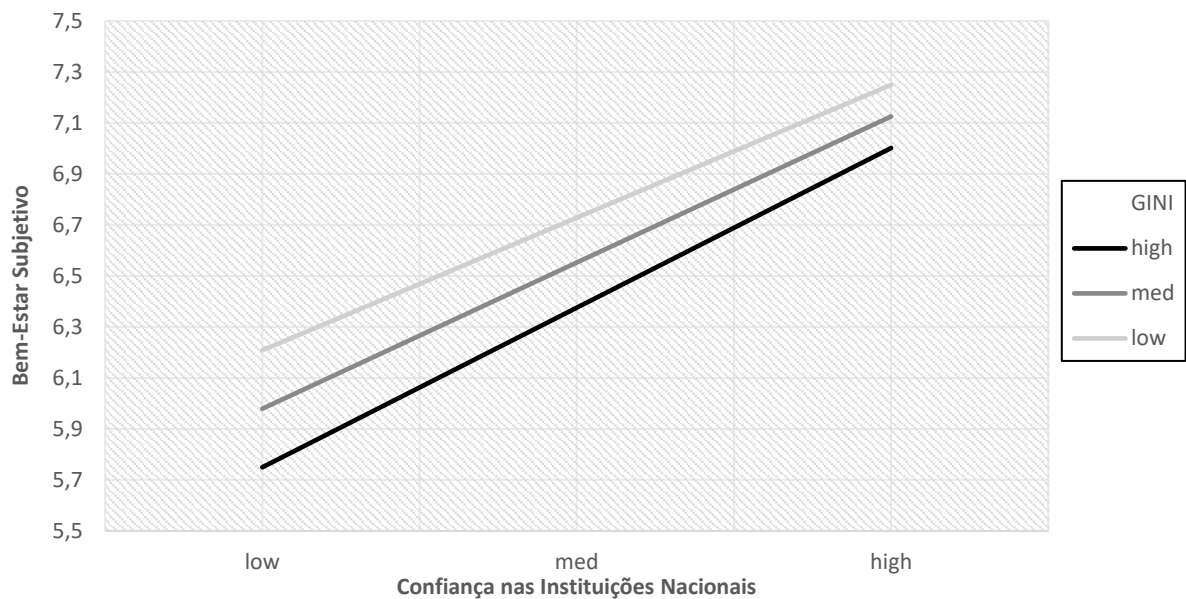
No modelo 3, para além da confiança nas instituições e das variáveis sociodemográficas, é introduzida a coeficiente de Gini como variável independente. O coeficiente de Gini apresenta um valor significativo ($\beta= -0,09$; $p=0,00$), indicando que menos desigualdade de rendimentos leva a mais bem-estar subjetivo dos cidadãos. Ao nível das variáveis sociodemográficas e a confiança nas instituições, todas se mantêm significativas com $p<0,05$, pese embora se considere que o género seja marginalmente significativo ($\beta=0,01$; $p=0,05$), indicando que as mulheres têm aqui mais bem-estar do que os homens, ao contrário do que nos modelos se verificou, em que o género não se mostrava significativo.

Quando introduzida a interação da Variável Independente (Confiança nas Instituições) com a Moderadora (Coeficiente de Gini), verificamos que esta, no modelo 4, é preditora de bem-estar subjetivo ($\beta=0,21$; $p=0,00$), confirmando o efeito moderador da desigualdade de rendimentos, mas no sentido inverso ao colocado como hipótese, H3, no presente trabalho. Todas outras variáveis no modelo mantêm-se significativas com $p<0,05$ e sem mudanças face aos modelos anteriores. Verificamos ainda que o incremento na variância explicada na regressão é de 7% no modelo 1 (onde são integradas as variáveis sociodemográficas), 16% no

modelo 2 (com a introdução da VI Confiança nas Instituições), 17% no modelo 3 (onde é introduzido o coeficiente de Gini) e 17% no modelo 4 (com a introdução da interação entre Confiança nas Instituições e Coeficiente de Gini).

A confirmação do efeito de moderação da desigualdade de rendimentos, avaliada pelo coeficiente de Gini, pode ainda ser verificada no Gráfico 5. Contudo, esta moderação verifica-se no sentido inverso ao esperado em H3: quando o coeficiente de Gini é baixo, isto é, num contexto de menor desigualdade de rendimentos, a associação entre confiança nas instituições e bem-estar subjetivo é mais fraca.

Gráfico 5 - Efeito Moderador da Desigualdade de Rendimentos na associação entre confiança nas instituições nacionais e bem-estar subjetivo (VD1)



Modelos Estimados com Variável Dependente Depressão

No modelo 1, tal como podemos verificar na Tabela 6, são introduzidas as variáveis sociodemográficas. Aqui verificamos que todas são significativas com $p < 0,05$, sendo que o rendimento do agregado tem uma relação inversa com a depressão, indicando que quanto menor é o rendimento, maiores são os níveis de depressão ($\beta = -0,18$; $p = 0,00$). Mais idade prediz também depressão ($\beta = 0,03$; $p = 0,00$) e as mulheres mostram maiores níveis de depressão nesta amostra ($\beta = 0,11$; $p = 0,00$). No tocante à educação, há uma relação inversa ($\beta = -0,08$; $p = 0,00$), em que menos estudos predizem mais depressão. Esta relação é também verificada no trabalho pago nos últimos 7 dias ($\beta = -0,06$; $p = 0,00$), em que as pessoas sem trabalho mostram-se mais deprimidas.

Tabela 5- Resultados da Análise da Regressão Linear para as Variáveis predictoras de Depressão: Efeito Moderador da Desigualdade de Rendimentos (VD 2)

Modelo	Variáveis Predictoras de Depressão		Adjusted R Square	R Square Change	Beta	P	F
Modelo 1	Variáveis Sociodemográficas	Idade	0,08	0,08	0,03	0,00	520,32
		Género			0,11	0,00	
		Educação			-0,08	0,00	
		Trabalho nos últimos 7 dias			-0,06	0,00	
		Rendimento do Agregado			-0,18	0,00	
Modelo 2	Variáveis Sociodemográficas	Idade	0,11	0,03	0,03	0,00	582,14
		Género			0,10	0,00	
		Educação			-0,05	0,00	
		Trabalho nos últimos 7 dias			-0,06	0,00	
		Rendimento do Agregado			-0,16	0,00	
	Confiança nas Instituições	-0,16	0,00				
Modelo 3	Variáveis Sociodemográficas	Idade	0,11	0,01	0,03	0,00	529,65
		Género			0,10	0,00	
		Educação			-0,05	0,00	
		Trabalho nos últimos 7 dias			-0,06	0,00	
		Rendimento do Agregado			-0,16	0,00	

		Confiança nas Instituições			-0,14	0,00	
		Coefficiente de Gini			0,08	0,00	
Modelo 4	Variáveis Sociodemográficas	Idade	0,11	0,00	0,03	0,00	467,11
		Género			0,10	0,00	
		Educação			-0,05	0,00	
		Trabalho nos últimos 7 dias			-0,06	0,00	
		Rendimento do Agregado			-0,16	0,00	
		Confiança nas Instituições			0,10	0,04	
		Coefficiente de Gini			0,14	0,00	
		Interação Confiança nas Instituições e Gini			-0,24	0,00	

Nota: * $p < 0,05$

Ao introduzirmos a variável independente, confiança nas instituições, no modelo 2, verificamos que esta variável é preditora de depressão, numa relação negativa, em que menos confiança nas instituições prediz mais depressão ($\beta = -0,16$; $p = 0,00$). No tocante às variáveis sociodemográficas, estas mantêm o mesmo nível de significância verificado no modelo 1.

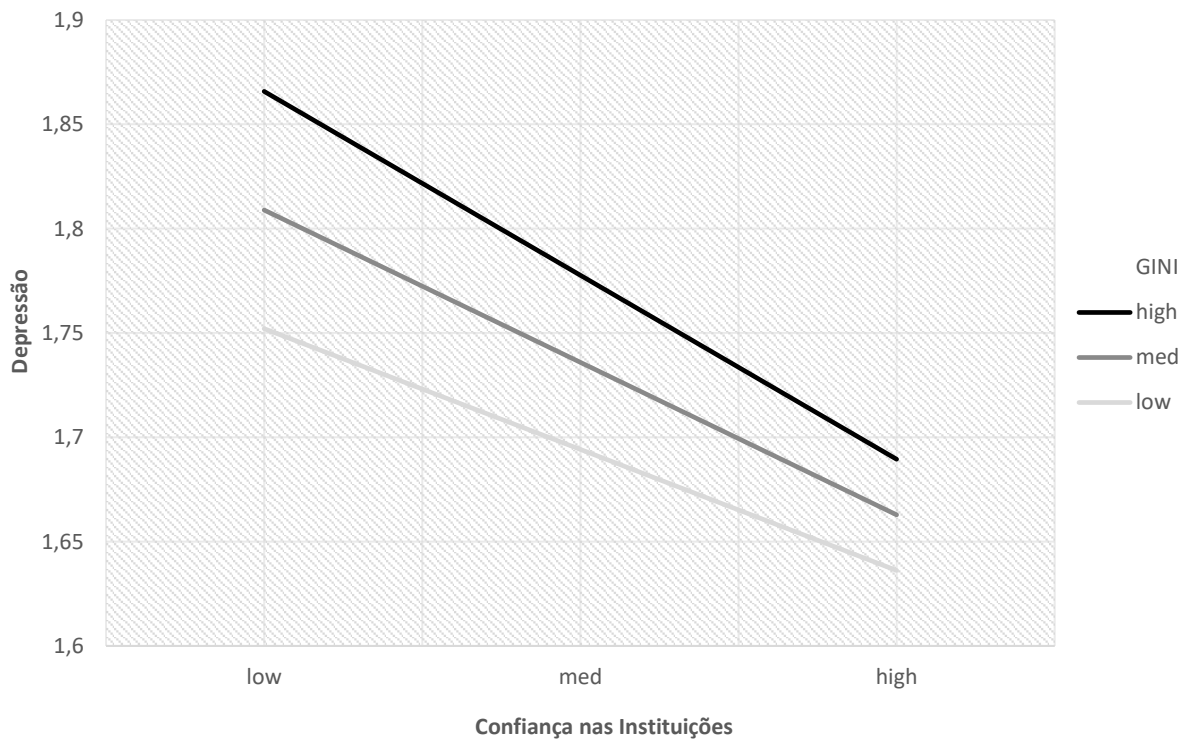
No modelo 3 foi introduzida a variável moderadora da desigualdade de rendimentos, aqui avaliada pelo coeficiente de Gini, que se mostra preditor de depressão: quanto maior o coeficiente de Gini (a desigualdade de rendimentos), maiores os níveis de depressão ($\beta = 0,08$; $p = 0,00$). Todas as outras variáveis mantêm o nível de significância verificado nos modelos anteriores.

No modelo 4, com a introdução da interação entre confiança nas instituições e coeficiente de Gini, verificamos o efeito moderador ($\beta_{interação} = -0,24$; $p = 0,00$), pese embora no sentido inverso ao proposto nas hipóteses iniciais (H4). No tocante aos modelos, constatamos que o incremento da variância explicada na regressão é de 8% no modelo 1 (onde são integradas as variáveis sociodemográficas), 11% no modelo 2 (com a introdução da VI Confiança nas

Instituições), 11% no modelo 3 (onde é introduzido o coeficiente de Gini) e 11% no modelo 4 (com a introdução da interação entre Confiança nas Instituições e Coeficiente de Gini).

No Gráfico 6 constatamos o efeito moderador da desigualdade de rendimentos na correlação entre confiança nas instituições e depressão, mas, mais uma vez, no sentido inverso ao proposto na hipótese inicial (ver H4). Verificamos assim que a relação entre a confiança nas instituições nacionais e baixos níveis de depressão é mais forte nos países mais desiguais.

Gráfico 6 - Efeito Moderador da Desigualdade de Rendimentos na associação entre Confiança nas Instituições e Depressão (VD2)



Desta forma, concluímos que as hipóteses formuladas sobre a VI e as duas VDs foram confirmadas, na medida em que se verificou que a confiança nas instituições está positivamente associada com o bem-estar subjetivo (H1a), e negativamente associada com a depressão (H1b), nos países europeus estudados. Por outro lado, verificou-se igualmente que a desigualdade de rendimentos, nos países estudados, está negativamente associada com o

bem-estar subjetivo (H2a) e positivamente associada com a depressão (H2b). O efeito moderador da desigualdade de rendimentos foi também confirmado quer na relação entre confiança nas instituições e bem-estar subjetivo (H3), quer na relação entre confiança nas instituições e depressão (H4) mas, contrariamente ao esperado, a relação verificada, em ambos os casos, ocorre no sentido inverso: a associação entre confiança nas instituições e baixos níveis de depressão é mais forte ante um contexto de elevada desigualdade de rendimentos e não, como considerámos em hipótese, em situações de baixo nível de desigualdade de rendimentos. O mesmo se verifica no caso da relação entre bem-estar subjetivo e confiança nas instituições, que se mostra mais forte em contextos de maior desigualdade.

5. Discussão dos Resultados

Considerando o contexto socioeconómico da última década, nomeadamente a crise global vivida sobretudo a partir de 2008, bem como os níveis de depressão cada vez mais evidentes e a crescente atenção, a nível global, para a promoção de mais bem-estar das populações, considerou-se pertinente uma melhor compreensão da relação das variáveis em questão. O presente trabalho foi assim proposto no sentido de aprofundar o nível de compreensão desta dinâmica self-sociedade, integrando a relação da confiança nas instituições nacionais (VI) com o bem-estar subjetivo (VD1) dos indivíduos, bem como com os níveis de depressão (VD2), e a forma como esta relação é ou não reforçada por um contexto de maior ou menor desigualdade de rendimentos (VM).

Foram definidos os seguintes objetivos metodológicos: (1) identificar a associação entre confiança nas instituições nacionais e bem-estar subjetivo nos países europeus; (2) identificar a associação entre confiança nas instituições nacionais e depressão nos países europeus; (3) identificar o efeito moderador da desigualdade de rendimentos, na relação entre confiança nas instituições nacionais e bem-estar subjetivos dos europeus; (4) identificar o efeito moderador da desigualdade de rendimentos, na relação entre confiança nas instituições nacionais e depressão dos europeus. Para além de se pretender compreender a relação entre as variáveis em estudo, e considerando dados do ESS7 de vinte países europeus, foram delineadas, a partir da revisão de literatura, diferentes hipóteses, na sua maioria confirmadas, pese embora se torne pertinente discutir os resultados que suportam eventuais confirmações ou infirmações, bem como os contributos e limitações da presente análise.

Relativamente à primeira hipótese, os dados corroboram a proposta apresentada em H1 de que existe uma associação positiva entre a confiança nas instituições nacionais e bem-estar subjetivo dos indivíduos (H1a); bem como de que existe uma associação negativa entre a confiança nas instituições nacionais e os níveis de depressão de uma dada população (H2a). Ambas as VDs mostram-se assim associadas à confiança nas instituições nacionais. A

importância desta associação torna-se particularmente relevante, quando se verifica um crescente descontentamento com os respetivos governos, já que os cidadãos se mostram céticos quanto à sua capacidade de agir perante problemas importantes, pela perda de poder dos governos nacionais para estruturas supranacionais como o Parlamento Europeu, conseqüente da globalização (Ferrin et al, 2014). A democracia pode assim ficar comprometida, caso não se considere a importância da confiança das instituições nacionais, bem como do bem-estar dos seus cidadãos (Marozzi, 2015). Para além do processo de globalização, também a recente crise económica veio dar relevo a esta dimensão, já que desde então se tornou visível um decréscimo acentuado na confiança nos governos e classes políticas (OECD, 2017). Ainda a considerar que, quando promovemos o bem-estar, e implementamos medidas para diminuir a infelicidade (maioritariamente causada por problemas de saúde mental, como é o caso da depressão (Layard et al, 2014)), podemos estar também a promover mais democracia. Inglehart et al (2008) apontam para uma relação bidirecional entre bem-estar e democracia: tal como uma população com maiores níveis de bem-estar tende a ter mais atitudes pró-democracia, também a democracia tende a favorecer mais bem-estar dos cidadãos, sobretudo em países com tradição democrática. Por outro lado, esta associação verificada vem confirmar a importância de integrar fatores contextuais, para além de fatores psicológicos, na compreensão quer da depressão, quer do bem-estar (Rivero & Vauclair (no prelo)).

A desigualdade de rendimentos, tal como esperado na segunda hipótese formulada, H2, mostra-se negativamente associada ao bem-estar subjetivo, e positivamente associada aos valores de depressão de uma dada população, tal como defendido por Wilkinson & Pickett (2009), que referem não só o impacto verificado nos níveis de bem-estar de uma dada nação, como apontam para o crescente nível de depressão e de ansiedade entre os anos 70 e 90, que podem ter sido agravados por um contexto de desigualdade de rendimentos. Desta forma, o contexto de desigualdade demonstra uma influência direta quer no bem-estar, quer na depressão, que pode estar relacionado com o sentido de justiça percebido pelos seus cidadãos e respetivo impacto na felicidade manifesta de uma dada população. Estas dimensões psicológicas, como a perceção de justiça ou o nível de confiança dos indivíduos, foi já tida em consideração por Oishi et al (2011) no âmbito de um estudo longitudinal, atrás referido,

realizado ao longo de 37 anos nos EUA, que visava precisamente compreender o impacto de um contexto de desigualdade de rendimentos no bem-estar daquela população. Considerando as diferenças culturais apontadas por Alesina et al (2004), entre americanos e europeus - em que os europeus tendem a ser mais suscetíveis à desigualdade de rendimentos do que os americanos, devido sobretudo a crenças relacionadas com a mobilidade social -, estes fatores psicológicos podem ser efetivamente considerados na compreensão dos resultados aqui apresentados.

Quanto à identificação da moderação pela desigualdade de rendimentos, verificamos que esta existe, pese embora no sentido contrário ao esperado na terceira hipótese (H3), para os países em estudo, sendo a relação entre confiança nas instituições nacionais e bem-estar subjetivo de uma nação reforçada por um contexto de maior desigualdade de rendimentos. Tais resultados não são concordantes com Tov et al (2009), que constataram, a partir de um estudo realizado via Gallup World Poll com 132 sociedades, que, quando considerada a moderação da desigualdade de rendimentos (tendo sido também estudada a moderação pelas mortes em guerra ocorridas num país), o bem-estar era menos fortemente associado à confiança no governo. De notar que aqui outras instituições nacionais não foram consideradas (no presente trabalho é considerado o conjunto de instituições nacionais que inclui o Parlamento Nacional, o Sistema Judicial, a Polícia, os Políticos e os Partidos Políticos), para além de terem sido considerados não apenas os países europeus, mas também de outros continentes (como Ruanda, Uganda, Burundi ou Macedónia), onde outros fatores culturais e sociopolíticos poderão interferir. Tov et al. (2009) consideram a possibilidade de valores culturais poderem explicar as diferenças encontradas ao nível nacional, entre bem-estar e perceções da sociedade. Todavia, consideram que, de facto, “numa sociedade estável, o governo parece providenciar as condições de vida adequadas, e as pessoas felizes podem ser os indivíduos que mais estão a beneficiar dessas condições, o que pode aumentar a confiança, como a legitimidade percebida do governo” (Tov et al, 2009; p.246).

Há ainda a considerar, no presente trabalho, que a moderação da desigualdade de rendimentos na relação entre confiança nas instituições nacionais e depressão existe, mas não no sentido considerado na quarta hipótese (H4), em que se esperava que quanto menor fosse a desigualdade mais forte seria a relação entre as duas variáveis em estudo. De facto, verifica-

se, nesta amostra, que a relação entre confiança nas instituições nacionais e baixos níveis de depressão é tanto mais forte, quanto é a desigualdade de rendimentos. Neste sentido, e ao contrário do que esperávamos a partir da revisão de literatura, pode acontecer que num contexto de desigualdade de rendimentos, os indivíduos se possam sentir protegidos pelas instituições nacionais. Note-se que, por exemplo, quanto maior é a desigualdade de rendimentos, maior é o medo do crime, sobretudo das classes mais ricas (Vauclair et al, 2015) – neste caso uma maior confiança na polícia pode ser gerador de maior estabilidade emocional, contrariamente ao que aconteceria se não houvesse confiança na polícia ou nem haveria a necessidade de recorrer à polícia se este medo, decorrente do contexto de desigualdade, não emergisse.

A necessidade de acreditar em algo perante um contexto adverso e propenso a situações de maiores problemas de saúde mental, nomeadamente de depressão (Wilkinson & Pickett, 2009), pode levar a que as pessoas se sintam mais ligadas a algumas instituições e por elas protegidas ao nível emocional e psicológico. Tal necessidade de acreditar está presente na teoria da Crença num Mundo Justo (CMJ), em que se considera que “as pessoas, pelo bem da sua segurança e capacidade para planear o futuro, precisam de acreditar que vivem num mundo essencialmente “justo”, onde podem conseguir o que merecem, pelo menos a longo prazo” (Lerner & Montada, 1998; p.1). Esta crença num mundo justo permite que indivíduos lidem melhor com situações e experiências negativas, prevenindo ou adiando situações de depressão, tendo assim um papel de mecanismo de *coping* que, de alguma forma, preserva a saúde mental dos indivíduos (Carifio & Nasser, 2012). Desta forma, a presença de CMJ está associada a mais bem-estar e menos depressão (Carifio et al, 2012; Jiang, Yue, Lu, Yu & Zhu, 2016), pese embora, em alguns estudos se tenha verificado o inverso. Benson e Ritter (1990; cit. in Hafer & Olson, 1998), por exemplo, reportaram maiores níveis de depressão entre pessoas com uma maior CMJ, após perderem o emprego, quando comparadas com aquelas com uma menor CMJ – tal, segundo os autores, pode dever-se a estratégias para reduzir uma eventual discrepância entre a sua expectativa face à justiça e uma ocorrência negativa com que esteja a lidar. Estas estratégias podem passar por justificações baseadas no carácter, comportamento ou uma total reinterpretção da situação. No caso do presente estudo, a CMJ pode efetivamente levar a que, num contexto adverso, como poderá ser sentido o de grande desigualdade de rendimentos, a alta confiança nas instituições possa levar a menores níveis

de depressão, pelo sentido de proteção, pese embora possa existir o risco pela discrepância entre crença na justiça e a realidade de desigualdade (e eventualmente corrupção). Maiores níveis de depressão podem levar a uma maior procura de algo em que possam acreditar, como estratégia de *coping*, de forma a diminuir o impacto emocional da desigualdade de rendimentos.

5.1. Limitações

Os resultados apresentados devem ainda considerar as limitações inerentes ao presente trabalho. Consideramos as limitações em termos de método e de conteúdo.

Relativamente ao método, consideramos que se trata de uma análise única no tempo, sendo que se sugere um aprofundamento a nível longitudinal para uma melhor compreensão de eventuais padrões da relação entre as variáveis em estudo. Por outro lado, em termos estatísticos, foi utilizada a análise contextual para verificar o impacto da variável contextual desigualdade de rendimentos nas variáveis individuais e psicossociais, sendo que se trata de uma metodologia atualmente pouco utilizada (embora adequada), dados os avanços estatísticos permitirem fazer regressões multinível, com maior fiabilidade e rigor, podendo este ser um método definido como “o casamento entre a análise contextual e a teoria dos modelos mistos estatísticos tradicionais” (Leeuw & Meijer, 2008; p. 3).

Uma outra limitação pode ser considerada a partir dos países estudados (continente Europeu), sendo que complementar esta informação com dados de outros Surveys (como será o caso do *World Values Survey*) poderia permitir a compreensão da relação das variáveis em estudo em outros países, onde o coeficiente de Gini é maior. Tal é visível, a título de exemplo, no estudo realizado por Tov et al (2009).

5.2. Contributos

Os contributos da presente análise baseiam-se precisamente na compreensão da complexidade de fatores quer ao nível do bem-estar subjetivo, quer ao nível da depressão, nem sempre considerada. A inter-relação entre fatores psicológicos e contextuais pode assim alargar o campo de debate, que se considera importante, nas sociedades democráticas.

Ainda a considerar o contributo ao nível da compreensão do impacto do contexto de desigualdade de rendimentos na relação entre a confiança nas instituições nacionais e o bem-estar, mas também entre confiança nas instituições nacionais e depressão. Note-se que, tal como referido na revisão da literatura, apenas um estudo aborda esta moderação, cingindo-se, porém, ao bem-estar e à confiança no governo (Tov et al, 2009).

5.3. Perspetivas de futuro

Poderá ser pertinente, no futuro, efetuar o estudo individualizado das diferentes instituições nacionais, já que o presente trabalho considerou o conjunto, mas sem explorar à posteriori a relação específica de cada uma das instituições. De facto, a forma como os indivíduos se relacionam com a polícia, com os partidos políticos ou com o parlamento pode ter especificidades que, numa análise das instituições nacionais a nível geral se podem perder. Por outro lado, será interessante compreender as diferenças ao nível da confiança nas instituições nacionais e nas europeias, como forma de melhor compreender o impacto da globalização, e eventual descrédito para as nacionais, como referido por Ferrin et al (2014).

Por outro lado, será pertinente integrar dados como os níveis de corrupção efetivos de forma a compreender a relação desta com a confiança dos indivíduos e a forma com tal tem impacto no bem-estar e na depressão. A transparência é sublinhada por vários autores como um importante fator de promoção de confiança nas instituições (Marozzi, 2015; Halapuu et al, 2013). Tal perspetiva está de acordo com Halapuu et al (2013), que consideram que mais transparência e menos corrupção irão aumentar o nível de confiança nas instituições. A corrupção é mesmo considerada por muitos autores como um dos principais obstáculos da confiança nas instituições (Cole & Cohn, 2016; Marozzi, 2015; Halapuu et al, 2013; OECD, 2011). A OECD (2011) refere que a corrupção pode asfixiar a confiança nas instituições, afetando naturalmente a relação entre o governo e os cidadãos. (OECD, 2011). Por outro lado, para além de levar ao risco de alheamento da vida social, pode também ter impacto no bem-estar dos cidadãos: Helliwell, Huang e Wang (2017) consideram que a ausência de corrupção no governo e nos negócios é uma das fundações sociais da felicidade (juntamente com suporte social, liberdade para fazer escolhas e generosidade).

Compreender o impacto do contexto socioeconómico, nomeadamente o nível de desigualdade de rendimentos na relação do bem-estar (e infelicidade) dos cidadãos com a sua confiança nas instituições nacionais, poderá ainda contribuir para mais e melhores políticas que considerem a importância da democracia e do bem-estar dos cidadãos. O aprofundamento da compreensão da importância da democracia, nomeadamente nas suas dimensões de justiça social, é hoje ainda mais emergente, considerando o descrédito dado pelos cidadãos às instituições democráticas, e a crescente adesão, que temos vindo a constatar um pouco por todo o mundo, a forças políticas anti-democráticas que têm tido um maior suporte, incluindo nos países ocidentais, onde a democracia e o bem-estar dos cidadãos era dado como prioridade por muitos. Tal como referido recentemente pelo escritor John Le Carré, "Esses estágios que [Donald] Trump está a passar nos Estados Unidos e a revolta do ódio racial ... uma espécie de queima dos livros enquanto ele ataca, e declara notícias reais como notícias falsas, a lei torna-se uma notícia falsa, tudo se torna uma notícia falsa (...) Penso em todas as coisas que aconteceram na Europa na década de 1930, em Espanha, no Japão, obviamente na Alemanha. Para mim, estes são sinais absolutamente comparáveis do surgimento do fascismo e é contagioso, é contagiante. O fascismo está a funcionar na Polónia e na Hungria (...) " (cit in The Guardian, <https://www.theguardian.com/books/2017/sep/07/john-le-carre-on-trump-something-truly-seriously-bad-is-happening>) . Considerando a realidade social e política mundial, o futuro das ciências sociais terá de passar assim pelo estudo aprofundado das diferentes dimensões da democracia e seu impacto no bem-estar e saúde mental dos cidadãos, bem como prosperidade das sociedades, pelo futuro esperado de uma Boa Sociedade para todos.

6. Referências Bibliográficas

Abdallah, S., Mahony, S., Marks, N., Michaelson, J., Seaford, C., Stoll, L., & Thompson, S. (2011). "Measuring our progress: The power of well-being". The New Economics Foundation (NEF): London, UK.

Alesina, A., Di Tella, R., & MacCulloch, R. (2004). "Inequality and happiness: are Europeans and Americans different?" *Journal of Public Economics*, 88(9), 2009-2042.

APA - American Psychiatric Association (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-5®)*. American Psychiatric Pub.

Bagana, E. (2013). Depression and Social Vulnerability to Depression. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 78, 456-460.

Botha, F. B., & Dozois, D. J. (2015). The influence of emphasizing psychological causes of depression on public stigma. *Canadian Journal of Behavioural Science/Revue canadienne des sciences du comportement*, 47(4), 313.

Bjørnskov, C., & Méon, P. G. (2013). "Is trust the missing root of institutions, education, and development?". *Public Choice*, 157(3-4), 641-669.

Blanchflower, D. G. (2009). "International evidence on well-being". In *Measuring the subjective well-being of nations: National accounts of time use and well-being*. Ed. Alan B. Krueger. University of Chicago Press, 155-226.

Blazer, D. G. (2005). *The age of melancholy: "major depression" and its social origins*. Taylor & Francis.

Bornstein, B. H., & Tomkins, A. J. (2015). *Institutional Trust: An Introduction*. In Brian H. Bornstein and Alan J. Tomkins (Eds.) *Motivating Cooperation and Compliance with Authority*. Switzerland: Springer International Publishing, 1-11.

Carifio, J., & Nasser, R. (2012). Belief in a just world and depression in elderly nursing home residents. *Work*, 43(3), 303-312.

Clark, A. E., Flèche, S., Layard, R., Powdthavee, N., & Ward, G. (2017). "The key determinants of happiness and misery". In Helliwell, J., Layard, R., & Sachs, J. (Eds.) (2017). *World Happiness Report 2017*. New York: Sustainable Development Solutions Network, 122-137.

- Cole, L. M., & Cohn, E. S. (2016). "Institutional trust across cultures: Its definitions, conceptualizations, and antecedents across Eastern and Western European Nations". In *Interdisciplinary Perspectives on Trust*. Ellie Shockley, Tess M.S. Neal, Lisa M. PytlikZillig & Brian H. Bornstein (Eds.). Switzerland: Springer International Publishing, 157-176.
- Cooper, D., McCausland, W. D., & Theodossiou, I. (2013). "Income inequality and wellbeing: the plight of the poor and the curse of permanent inequality". *Journal of Economic Issues*, 47(4), 939-958.
- De Neve, J. E., Tay, L., & Xuereb, C. (2013). The objective benefits of subjective well-being (No. 51669). London School of Economics and Political Science, LSE Library.
- Diener, E., & Diener, C. (2011). Monitoring psychosocial prosperity for social change. In *Positive Psychology as Social Change* (pp. 53-71). Springer Netherlands.
- Diener, E. & Ryan, K. (2011). "National Accounts for Well-being for Public Policy". In Donaldson, S. I., Csikszentmihalyi, M., & Nakamura, J. (Eds.), *Applied positive psychology: Improving everyday life, health, schools, work, and society*. Routledge, NY: 15-34.
- Diener, E., Kesebir, P., & Lucas, R. (2008). "Benefits of Accounts of Well-Being—For Societies and for Psychological Science". *Applied Psychology*, 57(s1), 37-53.
- Diener, E., Oishi, S., & Ryan, K. L. (2013). "Universals and cultural differences in the causes and structure of happiness: A multilevel review". In C. Keyes (Ed.) *Mental well-being: international contributions for the study of positive mental health* (pp.153-176). Dordrecht, Netherlands: Springer.
- Diener, E., Kesebir, P. & Tov, W. (2009). "Happiness". In M. Leary & R. Hoyle (Eds.). *Handbook of Individual Differences in Social Behavior*. NY: Guilford Press. <https://ssrn.com/abstract=2143374> [accessed 19March 2017].
- Dobson, K. S., & Dozois, D. J. (2011). Introduction: Assessing Risk and Resilient Factors in Models of Depression. In Dobson, K. S., & Dozois, D. J. (Eds.). (2011). *Risk factors in depression*. Academic Press (pp. 1-16).

- Dorn, D., Fischer, J. A., Kirchgässner, G., & Sousa-Poza, A. (2007). "Is it culture or democracy? The impact of democracy and culture on happiness". *Social Indicators Research*, 82(3), 505-526.
- Easterlin, R. A., & Angelescu, L. (2012). Modern economic growth and quality of life: cross-sectional and time series evidence. In *Handbook of social indicators and quality of life research* (pp. 113-136). Springer Netherlands.
- Easterlin, R. A., & Sawangfa, O. (2010). "Happiness and economic growth: Does the cross section predict time trends?" In Diener, E., Kahneman, D., & Helliwell, J. (Eds.) *International differences in well-being*. Oxford University Press, 166-216.
- Economou, M., Madianos, M., Peppou, L. E., Souliotis, K., Patelakis, A., & Stefanis, C. (2014). Cognitive social capital and mental illness during economic crisis: a nationwide population-based study in Greece. *Social science & medicine*, 100, 141-147.
- European Social Survey (2015) *Measuring and Reporting on Europeans' Wellbeing: Findings from the European Social Survey*. London: ESS ERIC.
- Falicov, C. J. (2003). Culture, society and gender in depression. *Journal of Family Therapy*, 25(4), 371-387.
- Ferrin, M., & Kriesi, H. (2014). *Europeans' Understandings and Evaluations of Democracy: Topline Results from Round 6 of the European Social Survey*. ESS Topline Results Series,(4).
- Flèche, S., & Layard, R. (2017). "Do more of those in misery suffer from poverty, unemployment or mental illness?" *Kyklos*, 70(1), 27-41.
- Frey, B. (2009). *Felicidade. Uma Revolução na Economia*. Gradiva.
- Gonçalves, B., & Fagulha, T. (2004). The Portuguese Version of the Center for Epidemiologic Studies Depression Scale (CES-D). *European Journal of Psychological Assessment*, 20(4), 339-348.
- Hafer, C. L., & Olson, J. M. (1998). Individual differences in the belief in a just world and responses to personal misfortune. In *Responses to victimizations and belief in a just world* (pp. 65-86). Springer US.

Halapuu, V., Paas, T., & Tammaru, T. (2013). "Is institutional trust related to the attitudes towards immigrants in Europe? A study of majority and minority population (No. 2013014)". Norface Research Programme on Migration, Department of Economics, University College London.

Halpern, D. (2010). *The Hidden Wealth of Nations*. Cambridge: Polity.

Helliwell, J.F., Huang, H. & Wang, S. (2016). The Distribution of World Happiness. In Helliwell, J. F., Layard, R., & Sachs, J. (Eds.). (201). *World happiness report 2016*, vol. 1. (pp 8-49). New York: Sustainable Development Solutions Network.

Helliwell, J. F., & Putnam, R. D. (2004). The social context of well-being. *Philosophical transactions-royal society of London series B biological sciences*, 1435-1446.

Helliwell, J. F., Huang, H., & Wang, S. (2017). "The Social Foundations of World Happiness. In Helliwell, J., Layard, R., & Sachs, J. (Eds.) (2017). *World Happiness Report 2017*. New York: Sustainable Development Solutions Network, 122-137.

Helliwell, J., Layard, R., & Sachs, J. (2017). "Overview". In Helliwell, J., Layard, R., & Sachs, J. (Eds.) (2017). *World Happiness Report 2017*. New York: Sustainable Development Solutions Network.

Hidaka, B. H. (2012). Depression as a disease of modernity: explanations for increasing prevalence. *Journal of affective disorders*, 140(3), 205-214.

Hirschfeld, R. A. (1999). Personality disorders and depression: Comorbidity. *Depression & Anxiety* (1091-4269), 10(4), 142-146.

Hudson, J. (2006). "Institutional trust and subjective well-being across the EU". *Kyklos*, 59(1), 43-62.

Huppert, F. A. (2009). "A new approach to reducing disorder and improving well-being". In E. Diener (Ed.) *Perspectives on Psychological Science*, 4, 108–111.

Hsieh, N. (2015). Economic Security, Social Cohesion, and Depression Disparities in Post-transition Societies A Comparison of Older Adults in China and Russia. *Journal of health and social behavior*, 56(4), 534-551.

- Inglehart, R. (1999). "Trust, well-being and democracy". In Mark E. Warren (Ed.), *Democracy and trust* (pp. 88-120). Cambridge University Press.
- Inglehart, R. (2009). "Democracy and happiness: what causes what?" In Dutt, A. C. (ed.), *Happiness, economics and politics: Towards a multi-disciplinary approach*. Cheltenham, UK, 256.
- Inglehart, R., & Klingemann, H. D. (2000). "Genes, culture, democracy, and happiness". *Culture and subjective well-being*, 165-183.
- Inglehart, R., Foa, R., Peterson, C., & Welzel, C. (2008). "Development, freedom, and rising happiness: A global perspective (1981–2007)". *Perspectives on psychological science*, 3(4), 264-285.
- Jack, D. C., & Ali, A. (2010). Introduction: Culture, Self-Silencing, and Depression: A Contextual-Relational Perspective. In Jack, D. C., & Ali, A. (Eds.). (2010). *Silencing the self across cultures: Depression and gender in the social world*. (pp. 3-17) Oxford University Press.
- Jeffrey, K., Abdallah, S. & Quick, A. (2015). *Europeans' Personal and Social Wellbeing: Topline Results from Round 6 of the European Social Survey. Issue 5*. London: European Social Survey.
- Jiang, F., Yue, X., Lu, S., Yu, G., & Zhu, F. (2016). How belief in a just world benefits mental health: The effects of optimism and gratitude. *Social Indicators Research*, 126(1), 411-423.
- Keyes, C. L. (2007). Promoting and protecting mental health as flourishing: a complementary strategy for improving national mental health. *American psychologist*, 62(2), 95.
- Layard, R. (2010). "The Greatest Happiness Principle: Its Time Has Come". CESifo DICE Report, 8(4), 26-31.
- Layard, R. (2011). *Happiness: Lessons from a new science*. Penguin UK.
- Layard, R., & Clark, D. M. (2014). *Thrive: The power of evidence-based psychological therapies*. Penguin UK.
- De Leeuw, J., Meijer, E. (Eds.) (2008). *Handbook of multilevel analysis*. Springer: New York.
- Lewis, B. (2012). *Depression: Integrating Science, Culture, and Humanities*. New York and London: Routledge.

Lyubomirsky, S., King, L. A., & Diener, E. (2005). The benefits of frequent positive affect. *Psychological Bulletin*, 131, 803-855.

Lopes, M. P., Jardim, P. P. & Alves, T. F. (2013). "The revolution of happiness and happiness in revolutions: The case of the first Portuguese Republic". In H. A. Marujo & L. M. Neto, *Positive nations and communities: Collective, qualitative and cultural-sensitive processes in positive psychology* (pp. 193-207). Dordrecht, Netherlands: Springer.

Madelin, R. (2004). *Against Depression: Improving mental health and well-being by combating the adverse health, social and economic consequences of depression*. European Communities, Health and Consumer Protection - Directorate General.

Marcus, M., Yasamy, M. T., van Ommeren, M., Chisholm, D., & Saxena, S. (2012). "Depression: A global public health concern". WHO Department of Mental Health and Substance Abuse, 1, 6-8.

Marozzi, M. (2015). "Measuring trust in European public institutions". *Social Indicators Research*, 123(3), 879-895.

Missinne, S., Vandeviver, C., Van de Velde, S., & Bracke, P. (2014). Measurement equivalence of the CES-D 8 depression-scale among the ageing population in eleven European countries. *Social science research*, 46, 38-47.

Neitzke, A. B. (2016). An illness of power: gender and the social causes of depression. *Culture, medicine, and psychiatry*, 40(1), 59-73.

Newton, K., & Norris, P. (2000). Confidence in political institutions: Faith, culture or performance? In S. Pharr & R. Putnam (Eds.), *Disaffected democracies: What's troubling the trilateral countries* (pp. 52–73). Princeton, NJ: Princeton University Press.

OECD (2011). *How's life?: measuring well-being*. OECD Publishing.

OECD (2013), *OECD Guidelines on Measuring Subjective Well-being*, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264191655-en>

OECD (2015). "In It Together: Why Less Inequality Benefits All". OECD Publishing, Paris.

OECD (2017). "Trust and Public Policy: How Better Governance Can Help Rebuild Public Trust". OECD Publishing, Paris.

- Oishi, S., Kesebir, S., & Diener, E. (2011). "Income inequality and happiness". *Psychological science*, 22(9), 1095-1100.
- Pallant, J. (2013). *SPSS survival manual*. McGraw-Hill Education (UK).
- PytklikZillig, L. M., Hamm, J. A., Shockley, E., Herian, M. N., Neal, T. M., Kimbrough, C. D., ... & Bornstein, B. H. (2016). The dimensionality of trust-relevant constructs in four institutional domains: results from confirmatory factor analyses. *Journal of Trust Research*, 1-40.
- Quick, A. (2015). "Wellbeing Matters. In European Social Survey" (2015). *Measuring and Reporting on Europeans' Wellbeing: Findings from the European Social Survey*. London: ESS ERIC. <http://esswellbeingmatters.org/> [accessed 19 March 2017]
- Radloff, L. S. (1977). The CES-D scale a self-report depression scale for research in the general population. *Applied psychological measurement*, 1(3), 385-401.
- Rivero, C., d'Araújo, M. A., & Marujo, H. (2013). "Moral e Felicidade: Possibilidades para uma Sociedade Equifeliz". *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 3(2), 229-246.
- Rivero, C. & Vauclair, M. "What makes a Good Society? Happiness and the Role of Contextual and Psychological Factors". In Graça da Silva, Sara (Ed.) *New Interdisciplinary landscapes in Morality and Emotion*. London and New York: Routledge (no prelo).
- Rottenberg, J. (2014). *The depths: The evolutionary origins of the depression epidemic*. Perseus Books Group.
- Sønderskov, K. M., & Dinesen, P. T. (2016). "Trusting the State, trusting each other? The effect of institutional trust on social trust". *Political Behaviour*, 38(1), 179-202.
- Steger, M. F., & Kashdan, T. B. (2009). Depression and everyday social activity, belonging, and well-being. *Journal of counseling psychology*, 56(2), 289.
- Stiglitz, J., Sen, A., & Fitoussi, J. P. (2009). "The measurement of economic performance and social progress revisited. Reflections and overview". Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, Paris.
- Theiss-Morse, E., Barton, D. G., & Wagner, M. W. (2015). "Political trust in polarized times". In Brian H. Bornstein and Alan J. Tomkins (Eds.), *Motivating Cooperation and Compliance with Authority* (pp. 167-190). Switzerland: Springer International Publishing.

- Tov, W., & Diener, E. (2008). "The well-being of nations: Linking together trust, cooperation, and democracy". In Brandon A. Sullivan, Mark Snyder & John Lawrence Sullivan (Eds.), *Cooperation: The political psychology of effective human interaction*, 323-342. Michigan: Blackwell Publisher.
- Tov, W., Diener, E., Ng, W., Kesebir, Pelin & Harter, J. (2009). "The Social and Economic Context of Peace and Happiness". In Wyer, Chiu & Hong (Eds.). *Understanding culture: Theory, research and application*. New York: Psychology Press, 239-258.
- Van de Velde, S., Bracke, P., Levecque, K., & Meuleman, B. (2010). Gender differences in depression in 25 European countries after eliminating measurement bias in the CES-D 8. *Social Science Research*, 39(3), 396-404.
- Van Hemert, D. A., Van De Vijver, F. J., & Poortinga, Y. H. (2002). The Beck Depression Inventory as a measure of subjective well-being: A cross-national study. *Journal of Happiness Studies*, 3(3), 257-286
- Vauclair C-M, Marques S, Lima ML, Abrams D, Swift HJ and Bratt C (2015). "Perceived age discrimination as a mediator of the association between income inequality and older people's self-rated health in the European region". *Journals of Gerontology, Series B: Psychological Sciences and Social Sciences* 70(6): 901–912.
- Vauclair, C. M., & Bratanova, B. (2016). "Income inequality and fear of crime across the European region". *European Journal of Criminology*, 1-21.
- Vázquez, C., Hervás, G., Hernangómez, L., & Romero, N. (2010). Modelos cognitivos de la depresión: una síntesis y nueva propuesta basada en 30 años de investigación. *Psicología Conductual*, 18(1), 139.
- Veenhoven, R. (2011). "Greater Happiness for a Greater Number: Is that Possible? If so, how?" In Sheldon, K.M., Kashdan, T.B. & Steger, M.F. (Eds.), *Designing Positive Psychology: Taking Stock and Moving Forward*. Oxford University Press, 396-409.
- Veenhoven, R. (2014). "Consequences of happiness". In Alex C. Michalos (Ed.) *Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research*. Springer, 2014. Springer Reference Series, 1200-1203.
- Wilkinson, R. G. (2006). "The impact of inequality". *Social Research*, 711-732.

Wilkinson, R. G., & Pickett, K. (2009). *The Spirit Level: Why Equality is Better for Everyone*. London: Penguin Books.

Zmerli, S., Newton, K., & Montero, J. R. (2007). *Citizenship and involvement in European democracies. A comparative analysis*, London, UK Routledge, 35-65.